

CIBEC/INEP



B0032803

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

78.4 (81)

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretário Executivo

Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Especial

Marilene Ribeiro dos Santos

JOSÉ GERALDO SILVEIRA BUENO
*Professor Titular do Programa de Estudos
Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

2002

Bueno, José Geraldo Silveira

A educação especial nas universidades brasileiras /
José Geraldo Silveira Bueno.____Brasília: Ministério da
Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002.
136p.

1. Educação especial. 2. Universidades brasileiras.
I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação
Especial. II. Título.

CDU 376:378.4(81)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LISTA DE TABELAS..... | 4 |
| LISTA DE QUADROS..... | 8 |
| LISTA DE GRÁFICOS..... | 8 |
| SIGLAS..... | 8 |
| PREFÁCIO..... | 11 |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 - AÇÕES VOLTADAS AO ENSINO..... | 23 |
| 1.1. A educação especial nos cursos de graduação de educação..... | 26 |
| 1.1.1. Formação de professores de educação especial..... | 26 |
| 1.1.2. A educação especial no currículo dos cursos de educação..... | 31 |
| 1.1.2.1. A inserção de disciplina de educação especial na formação do professor polivalente..... | 32 |
| 1.1.2.2. A inserção de disciplina de educação especial nas licenciaturas..... | 37 |
| 1.1.2.3. A inserção de disciplina de educação especial nas habilitações do curso de pedagogia..... | 41 |
| 1.2. A educação especial nos cursos de pós-graduação de educação..... | 47 |
| 1.2.1. Os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> | 47 |
| 1.2.2. Os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> | 52 |
| 1.2.2.1. Mestrado..... | 52 |
| 1.2.2.2. Doutorado..... | 56 |
| 1.3. Os cursos de extensão..... | 57 |
| 1.4. Considerações acerca das ações voltadas ao ensino..... | 64 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 2 - AÇÕES VOLTADA À PESQUISA..... | 67 |
| 2.1. Pesquisas de educação especial em desenvolvimento..... | 69 |
| 2.2. Grupos de pesquisa em educação especial..... | 82 |
| 2.3. Considerações sobre as ações voltadas à pesquisa..... | 87 |
| | |
| CAPÍTULO 3 - AÇÕES VOLTADAS À EXTENSÃO..... | 89 |
| 3.1. Extensão junto a órgãos públicos..... | 94 |
| 3.2. Extensão junto à sociedade civil..... | 100 |
| 3.3. Considerações sobre as atividades de extensão..... | 108 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 111 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 115 |
| | |
| ANEXO..... | 119 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Número de IES por instância administrativa - 1998..... | 17 |
| Tabela 2 -Distribuição dos protocolos respondidos por Região e Estado .. | 18 |
| Tabela 3 - Professor de educação especial - situação dos cursos de graduação- 1998..... | 26 |
| Tabela 4 - Professor de educação especial - tipo de deficiência - 1998... .. | 27 |
| Tabela 5 - Professor de educação especial - tipo de curso - 1998..... | 28 |
| Tabela 6 - Professor de educação especial - distribuição regional por tipo de deficiência - 1998..... | 29 |
| Tabela 7 - Professor de educação especial - distribuição dos cursos por IES e tipo de deficiência - 1998..... | 30 |
| Tabela 8 - Professor polivalente - disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 32 |
| Tabela 9 - Professor polivalente - quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES - 1998..... | 33 |

| | |
|--|----|
| Tabela 10 - Professor polivalente - tipo de disciplinas sobre educação especial-1998..... | 33 |
| Tabela 11 - Professor polivalente - distribuição regional das disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 34 |
| Tabela 12 - Licenciatura - situação das disciplinas sobre educação especial-1998..... | 37 |
| Tabela 13 - Licenciatura - quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES - 1998..... | 38 |
| Tabela 14 - Licenciatura - tipo das disciplinas sobre educação especial-1998..... | 39 |
| Tabela 15 - Licenciatura - distribuição regional das disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 39 |
| Tabela 16 - Habilitações do curso de pedagogia - oferta de disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 41 |
| Tabela 17 - Habilitações do curso de pedagogia - distribuição das disciplinas sobre educação especial pelas habilitações - 1998..... | 42 |
| Tabela 18 - Habilitações do curso de pedagogia - quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES - 1998..... | 43 |
| Tabela 19 - Habilitações do curso de pedagogia - tipo de disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 44 |
| Tabela 20 - Habilitações do curso de pedagogia - distribuição regional das disciplinas sobre educação especial - 1998..... | 44 |
| Tabela 21 - Especialização em educação especial - oferta de cursos-1998..... | 48 |
| Tabela 22 - Especialização em educação especial - quantidade oferecida por IES - 1998..... | 48 |
| Tabela 23 - Especialização em educação especial - distribuição regional por tipo de deficiência - 1998..... | 49 |
| Tabela 24 - Especialização em educação especial - alunado - 1998..... | 52 |
| Tabela 25 - Mestrado em educação - inserção da educação especial-1998..... | 53 |
| Tabela 26 - Mestrado em educação - tipo de inserção da educação especial-1998..... | 53 |
| Tabela 27 - Mestrado em educação - distribuição regional das IES que incorporam a educação especial - 1998..... | 54 |

| | |
|--|----|
| Tabela 28 - Doutorado em educação - distribuição regional das IES que incorporam a educação especial - 1998..... | 56 |
| Tabela 29 - Cursos de extensão sobre educação especial -1998..... | 58 |
| Tabela 30 - Cursos de extensão sobre educação especial - distribuição regional-1998..... | 58 |
| Tabela 31 - Cursos de extensão sobre educação especial - tipo de deficiência - 1998..... | 59 |
| Tabela 32 - Cursos de extensão sobre educação especial - distribuição regional por tipo de deficiência - 1998..... | 60 |
| Tabela 33 - Cursos de extensão sobre educação especial - alunado-1998..... | 61 |
| Tabela 34 - Pesquisa em educação especial - situação nas IES -1998..... | 69 |
| Tabela 35 - Pesquisa em educação especial - quantidade por IES -1998 .. | 70 |
| Tabela 36 - Pesquisa em educação especial - distribuição regional das IES -1998..... | 71 |
| Tabela 37 - Pesquisa em educação especial - distribuição regional da quantidade de pesquisas por IES - 1998..... | 72 |
| Tabela 38 - Pesquisa em educação especial - distribuição regional por tipo de deficiência - 1998..... | 72 |
| Tabela 39 - Pesquisa em educação especial - número de pesquisadores envolvidos-1998..... | 74 |
| Tabela 40 - Pesquisa em educação especial - temas específicos das pesquisas - 1998..... | 81 |
| Tabela 41 - Grupos de estudos e pesquisas em educação especial -1998..... | 82 |
| Tabela 42 - Grupos de estudos e pesquisas em educação especial - quantidade de grupos por IES - 1998..... | 83 |
| Tabela 43 - Grupos de estudos e pesquisas em educação especial - distribuição por tipo de deficiência - 1998..... | 83 |
| Tabela 44 - Grupos de estudos e pesquisas em educação especial - distribuição regional -1998..... | 84 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 45 - Atividades de extensão das IES - 1998..... | 92 |
| Tabela 46 - Atividades de extensão - distribuição regional - 1998..... | 92 |
| Tabela 47 - Atividades de extensão - distribuição regional por âmbito da sociedade- 1998..... | 93 |
| Tabela 48 - Extensão junto a órgãos públicos - distribuição por instância administrativa - 1998..... | 94 |
| Tabela 49 - Extensão junto a órgãos públicos - distribuição regional por tipo de deficiência - 1998..... | 95 |
| Tabela 50 - Extensão junto a órgãos públicos - distribuição regional pelo tipo de intervenção - 1998..... | 96 |
| Tabela 51 - Extensão junto a órgãos públicos - quantidade de intervenções por IES - 1998..... | 97 |
| Tabela 52 - Extensão junto a órgãos públicos - categorização dos objetivos das ações - 1998..... | 99 |
| Tabela 53 - Extensão junto à sociedade civil - oferta de intervenções pelas IES - 1998..... | 100 |
| Tabela 54- Extensão junto à sociedade civil - quantidade de intervenções por IES - 1998..... | 100 |
| Tabela 55 - Extensão junto à sociedade civil - âmbito abrangido pelas intervenções das IES - 1998..... | 101 |
| Tabela 56 - Extensão junto à sociedade civil - tipo de deficiência - 1998..... | 102 |
| Tabela 57 - Extensão junto à sociedade civil - tipo de intervenção - 1998..... | 103 |
| Tabela 58 - Extensão junto à sociedade civil - distribuição regional das IES -1998..... | 103 |
| Tabela 59 - Extensão junto à sociedade civil - distribuição regional dos tipos de deficiência -1998..... | 104 |
| Tabela 60 - Extensão junto à sociedade civil - distribuição regional do tipo de intervenção -1998..... | 105 |
| Tabela 61 - Distribuição das ações das IES no campo da educação especial -1998..... | 112 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - IES que responderam ao questionário..... | 15 |
| Quadro 2 - Professor polivalente - disciplinas sobre educação especial oferecidas - 1998..... | 35 |
| Quadro 3 - Licenciaturas - disciplinas sobre educação especial oferecidas-1998..... | 40 |
| Quadro 4 - Habilitações do curso de pedagogia - disciplinas de educação especial oferecidas - 1998..... | 45 |
| Quadro 5 - Cursos de especialização em educação especial - 1998..... | 50 |
| Quadro 6 - Mestrado em educação - tipo de inserção da educação especial- 1998..... | 55 |
| Quadro 7 - Doutorado em educação - tipo de inserção da educação especial - 1998..... | 57 |
| Quadro 8 - Denominação dos cursos de extensão sobre educação especial - 1998..... | 62 |
| Quadro 9 - Rol de pesquisas desenvolvidas - 1998..... | 76 |
| Quadro 10 - Denominação dos grupos de estudos e pesquisas sobre educação especial - 1998..... | 85 |
| Quadro 11 - Extensão junto a órgãos públicos - objetivos das ações-1998..... | 98 |
| Quadro 12 - Extensão junto à sociedade civil - objetivos das intervenções - 1998..... | 105 |
| Quadro 13 - Âmbito da sociedade civil privilegiado pelas ações-1998..... | 107 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Distribuição das ações das IES em educação especial -1998 | 113 |
|---|-----|

SIGLAS

| | |
|-----|-------------------------------|
| CEE | Conselho Estadual de Educação |
| CFE | Conselho Federal de Educação |

| | |
|-----------|---|
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| FUFAP | Fundação Universidade Federal do Amapá |
| FUNESA | Fundação Universidade Estadual de Alagoas |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| MACKENZIE | Universidade Presbiteriana Mackenzie |
| MEC | Ministério da Educação |
| PUCCAMP | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
| PUCPR | Pontifícia Universidade Católica do Paraná |
| PUCRS | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| PUCSP | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| SEESP | Secretaria de Educação Especial |
| TUIUTI | Universidade Tuiuti do Paraná |
| UCB | Universidade Castelo Branco |
| UEBa | Universidade do Estado da Bahia |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UEM | Universidade Estadual de Maringá |
| UEMA | Universidade Estadual do Maranhão |
| UEMS | Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul |
| UEPb | Universidade Estadual da Paraíba |
| UEPG | Universidade Estadual de Ponta Grossa |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UERN | Universidade Estadual do Rio Grande do Norte |
| UFAC | Universidade Federal do Acre |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |
| UFBa | Universidade Federal da Bahia |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFES | Universidade Federal do Espírito Santo |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFMS | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul |
| UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso |
| UFPa | Universidade Federal do Pará |
| UFPb | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPe | Universidade Federal de Pernambuco |

| | |
|-----------|--|
| UFPel | Universidade Federal de Pelotas |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRo | Universidade Federal de Rondônia |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| UFSe | Universidade Federal de Sergipe |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNESP-Ar | Universidade Estadual Paulista - Araraquara |
| UNESP-Mar | Universidade Estadual Paulista - Marília |
| UNICAMP | Universidade de Campinas |
| UNICENTRO | Universidade Estadual do Centro-Oeste |
| UNICID | Universidade da Cidade |
| UNICSUL | Universidade Cruzeiro do Sul |
| UNIJUÍ | Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul |
| UNIMEP | Universidade Metodista de Piracicaba |
| UNIOESTE | Universidade Estadual do Oeste do Paraná |
| UNIRIO | Universidade do Rio de Janeiro |
| UNITAU | Universidade de Taubaté |
| UNITINS | Universidade do Tocantins |
| UNIVALI | Universidade do Vale do Itajaí |
| USF | Universidade São Francisco |
| USP | Universidade de São Paulo |

PREFÁCIO

Este estudo visou a "fotografar" a situação da educação especial nas universidades brasileiras, mais especificamente suas iniciativas nesse campo envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

A ideia de sua publicação nasceu por ocasião do II Fórum Nacional de Educação Especial realizado no ano de 1998 na cidade de Campo Grande/MS, em virtude da falta de informações então existentes nessa área.

O documento contém um resumo e uma análise dos resultados dos dados obtidos por meio de um levantamento elaborado pelo Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior, com o apoio da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

Os resultados aqui apresentados servem como orientação para nortear a elaboração de uma política de formação de pessoal, de realização de estudos e pesquisas e de extensão da experiência acumulada, que atenda os interesses da pessoa com deficiência.

MARILENE RIBEIRO DOS SANTOS
Secretária de Educação Especial

INTRODUÇÃO

O Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior nasceu da iniciativa de um conjunto de professores ligados à área da educação especial, tendo recebido apoio do Ministério da Educação, por intermédio da Secretária de Educação Especial, professora Marilene Ribeiro dos Santos, o que possibilitou a realização de três encontros nacionais, além de um conjunto de encontros regionais, em que professores e pesquisadores das instituições de ensino superior puderam manter profícuo intercâmbio, especialmente no que tange ao papel da Universidade nas políticas de educação especial de nosso País.

No II Fórum Nacional, realizado em Campo Grande, no mês de abril de 1998, os representantes de todas as regiões brasileiras aprovaram a realização de pesquisa para coleta de dados sobre as iniciativas das universidades brasileiras no campo da educação especial, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse mesmo encontro, fui designado pelos representantes como o coordenador desta atividade, da qual participou ativamente a proP Laura Ceretta Moreira, da UFPr, em especial na elaboração do instrumento para a coleta de dados e na sua distribuição/coleta junto às universidades do seu Estado.

Elaborado o instrumento e enviado no final do primeiro semestre às universidades, ocorreu grande demora para sua devolução, principalmente em razão da greve que atingiu a rede federal de ensino superior.

Depois disso, em razão de reduções orçamentárias, os Fóruns Regionais foram suspensos, o que não permitiu que cada Região pudesse efetuar balanço sobre as atividades no campo da educação especial pelas universidades ali sediadas.

Pela mesma razão, o Fórum Nacional quase foi suspenso, e foi somente no início do mês de novembro que pôde ser realizado.

Naquela oportunidade, apresentei balanço preliminar, que procurou apontar as tendências mais evidentes das iniciativas das universidades

brasileiras no campo da educação especial e que, tendo em vista o pequeno espaço de tempo para sua elaboração, não pôde ser tão exaustivo quanto pretendia.

De lá para cá, pude completar os dados com relatórios que chegaram após o fechamento do balanço preliminar e refinar mais a coleta e análise, que espero se constituir em contribuição para todos que procuram, com seu esforço e trabalho, tornar a educação especial uma realidade dentro de nossas Instituições de Ensino Superior (IES).

Não poderia deixar de destacar o empenho e a dedicação do Coordenador do Fórum Nacional, prof. António Lino Rodrigues de Sá, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que forneceu toda a infraestrutura necessária para a confecção dos Formulários de Coleta de Dados, bem como para o envio a todas as universidades brasileiras e a supervisão, por meio do acompanhamento e gestões junto às IES para a devolução dos relatórios devidamente preenchidos. Sem o seu concurso, com certeza, não poderíamos, neste momento, efetuar este balanço.

Caracterização das instituições

O instrumento para coleta de dados privilegiou as três grandes finalidades da universidade, quais sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão, procurando verificar quais ações vêm sendo encetadas por ela no campo da educação especial (Anexo).

Efetuamos corte no ano de 1998, para produzirmos uma espécie de "fotografia" da educação especial, embora estejamos cientes de que muitas outras foram tomadas pelas IES, em anos anteriores, mas entendemos que estabelecer o parâmetro do ano em curso poderia nos mostrar o que efetivamente as universidades realizavam quando do momento da coleta.

Por outro lado, restringimos nossa amostra às Universidades, não incluindo, neste momento, as escolas isoladas de ensino superior, por dois motivos:

1 - porque é muito grande o número das escolas isoladas com as quais mantemos pouco contato, já que elas pouco têm participado de eventos que congregam professores e pesquisadores do ensino superior, e

2 - por entendermos que é nas universidades que se encontram os trabalhos de maior fôlego e os professores e pesquisadores mais renomados; além disso, elas têm exercido, inegavelmente, influência decisiva nos caminhos das políticas de ensino superior, qualquer que seja o campo de estudo, situação que não difere quanto à educação especial.

Restringimos, também, a coleta aos Centros e Faculdades de Educação, englobando tanto a graduação como a pós-graduação. Essa restrição se deu por duas razões:

- porque um dos núcleos catalizadores para a implementação e permanência do Fórum Nacional foi, sem dúvida, o interesse dos participantes com relação à escolarização dos deficientes;
- por considerarmos praticamente inviável para uma pesquisa inicial, e com os recursos de que dispúnhamos, o levantamento exaustivo de todas as atividades das IES no que se refere às ações voltadas à população deficiente, porque envolveria um sem-número de unidades, com entradas muito diversas e com interesses diversificados.

O Formulário para Coleta de Dados foi enviado, ao final do mês de junho, pelo Coordenador do Fórum, prof. Antônio Lino Rodrigues de Sá, a 92 universidades brasileiras, e as IES que responderam ao questionário constam do Quadro 1:

Quadro 1
IES que responderam ao Questionário

| Nº | Região | UF | IES | Sigla |
|-----------|---------------|-----------|---|--------------|
| 01 | Norte | AC | Universidade Federal do Acre | UFAC |
| 02 | | AP | Fundação Universidade Federal do Amapá | FUFAP |
| 03 | | PA | Universidade Federal do Pará | UFPA |
| 04 | | RO | Universidade Federal de Rondônia | UFRO |
| 05 | | TO | Universidade do Tocantins | UNITINS |
| 06 | Nordeste | BA | Universidade Federal da Bahia | UFBA |
| 07 | | | Universidade do Estado da Bahia | UEBA |
| 08 | | AL | Universidade Federal de Alagoas | UFAL |
| 09 | | | Fundação Universidade Estadual de Alagoas | FUNESA |

| N° | Região | UF | IES | Sigla |
|----|------------------|--|---|-----------|
| 10 | | SE | Universidade Federal de Sergipe | UFSe |
| 11 | | PE | Universidade Federal de Pernambuco | UFPe |
| 12 | | PB | Universidade Federal da Paraíba | UFPb |
| 13 | | | Universidade Estadual da Paraíba | UEPb |
| 14 | | RN | Universidade Federal do R.Grande do Norte | UFRN |
| 15 | | | Universidade Estadual do R.Gde do Norte | UERN |
| 16 | | CE | Universidade Federal do Ceará | UFC |
| 17 | | MA | Universidade Federal do Maranhão | UFMA |
| 18 | | | Universidade Estadual do Maranhão | UEMA |
| 19 | Centro- Oeste | DF | Universidade de Brasília | UnB |
| 20 | | MT | Universidade Federal de Mato Grosso | UFMT |
| 21 | | MS | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | UFMS |
| 22 | | MS | Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul | UEMS |
| 23 | | SP | Universidade Federal de São Carlos | UFSCar |
| 24 | | | Universidade de São Paulo | USP |
| 25 | | | Universidade de Campinas | UNICAMP |
| 26 | | | Universidade Estadual Paulista - Marília ¹ | UNESP-Mar |
| 27 | | | Universidade Estadual Paulista - Araraquara | UNESP-Ar |
| 28 | | | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | PUCSP |
| 29 | | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | PUCCAMP | |
| 30 | | Universidade Metodista de Piracicaba | UNIMEP | |
| 31 | | Universidade Presbiteriana Mackenzie | MACKENZIE | |
| 32 | | Universidade Cruzeiro do Sul | UNICSUL | |
| 33 | | Universidade de Taubaté | UNITAU | |
| 34 | | Universidade São Francisco | USF | |
| 35 | | Universidade da Cidade | UNICID | |
| 36 | Sudeste | PJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRI |
| 37 | | | Universidade do Rio de Janeiro | UNIRIO |
| 38 | | | Universidade Federal Fluminense | UFF |
| 39 | | | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | UERJ |
| 40 | | | Universidade Castelo Branco | UCB |
| 41 | | MG | Universidade Federal de Uberlândia | UFU |
| 42 | | | Universidade Federal de Viçosa | UFV |
| 43 | | | Universidade Federal do Espírito Santo | UFES |
| 44 | | ES | Universidade Federal do Paraná | UFPR |
| 45 | | PR | Universidade Estadual de Maringá | UEM |

¹ Embora a UNESP se constitua numa única Universidade, possui campi diversificados, com razoável autonomia e porte, razão, pela qual, neste trabalho, consideraremos as unidades de Marília e de Araraquara separadamente.

| Nº | Região | UF | IES | Sigla |
|----|--------|----|--|-----------|
| 46 | | | Universidade Estadual de Londrina | UEL |
| 47 | | | Universidade Estadual do Centro-Oeste | UNICENTRO |
| 48 | | | Universidade Estadual do Oeste do Paraná | UNIOESTE |
| 49 | | | Universidade Estadual de Ponta Grossa | UEPG |
| 50 | | | Pontifícia Universidade Católica do Paraná | PUCPR |
| 51 | | | Universidade Tuiuti do Paraná | TUIUTI |
| 52 | | SC | Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC |
| 53 | | | Universidade do Vale do Itajaí | UNIVALI |
| 54 | | RS | Universidade Federal do R.Grande do Sul | UFRGS |
| 55 | | | Universidade Federal de Santa Maria | UFSM |
| 56 | | | Universidade Federal de Pelotas | UFPeI |
| 57 | | | Pontifícia Universidade Católica do R. G. do Sul | PUCRS |
| 58 | | | Univ. Reg. do Noroeste do Estado do RGS | UNIJUÍ |

Das universidades de porte e de grande tradição no campo da educação, a única ausência a ser comentada refere-se à Universidade Federal de Minas Gerais. Além dessa, nota-se a ausência, entre as públicas, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal de Goiás, os três Estados não representados nesta pesquisa. A grande maioria das demais universidades públicas respondeu ao questionário, assim como as universidades privadas de longa tradição, com exceção da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A distribuição por instância administrativa encontra-se na Tabela 1.

TABELA I
Número de IES por instância administrativa - 1998

| Instância | Nº | % |
|--------------|-----------|------------|
| Federal | 27 | 46,6 |
| Estadual | 17 | 29,3 |
| Municipal | 01 | 1,7 |
| Particular | 13 | 22,4 |
| TOTAL | 58 | 100 |

Verifica-se que a maior parcela, ou seja, 46,6%, refere-se a universidades federais, seguidas pelas universidades estaduais (29,3%) e das particulares (22,4%), sendo que apenas uma municipal respondeu ao questionário. Das particulares, cabe ressaltar que todas elas se situam nas Regiões Sudeste e Sul, mais especificamente, nos Estados de São Paulo (8), Paraná (2), Rio Grande do Sul (2) e Santa Catarina (1), com a presença das tradicionais universidades confessionais, como a PUCSP, PUCRS, UNIMEP, PUCCAMP, PUCPR e MACKENZIE.

Tendo em vista as características apontadas acima, consideramos que a amostra de universidades respondentes foi representativa em relação ao universo total, em termos de reconhecimento e projeção nacional.

Quanto à quantidade, o número de protocolos respondidos e a nós enviados foi de 58 (cinquenta e oito), ou seja, 63,0 % do total enviado², o que também se constitui em amostra significativa do universo total.

A distribuição por Região e Estado é apresentada na Tabela 2.

TABELA 2
Distribuição dos protocolos respondidos por Estado e Região

| REGIÃO | UF | TOTAL DO ESTADO | TOTAL DA REGIÃO |
|----------|----|-----------------|-----------------|
| Norte | AC | 1 | |
| | AP | 1 | |
| | PA | 1 | |
| | RO | 1 | |
| | TO | 1 | 5 |
| Nordeste | BA | 2 | |
| | AL | 2 | |
| | SE | 1 | |
| | PB | 2 | |
| | PE | 1 | |
| | RN | 2 | |
| | CE | 1 | |
| | MA | 2 | 13 |

³ Foram devolvidos, além desses 58, mais 2 protocolos provenientes de faculdades isoladas, que não foram incluídos em razão de estarmos restringindo a presente pesquisa às Universidades.

| REGIÃO | UF | TOTAL DO ESTADO | TOTAL DA REGIÃO |
|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| Centro-Oeste | DF | 1 | |
| | MT | 1 | |
| | MS | 2 | 4 |
| Sudeste | SP | 13 | |
| | RJ | 5 | |
| | MG | 2 | |
| | ES | 1 | 21 |
| Sul | PR | 8 | |
| | SC | 2 | |
| | RS | 5 | 15 |
| | TOTAL | 58 | 58 |

O maior número, como era de se esperar, proveio do Sudeste (21 - 36,2%), seguido pela Região Sul (15 - 25,9%) e Nordeste (13 - 22,4%), com as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentando números bastante inferiores: 5 e 4, respectivamente.

As características dos Estados do Sul/Sudeste, que, se comparados com os das demais Regiões, apresentam áreas geográficas menores e estão cobertos por rede de transporte e de estradas de bom padrão, parecem ter permitido uma maior disseminação e intercâmbio do interesse de professores/pesquisadores da educação especial, o que favoreceu a incorporação da educação especial por bom número de universidades da região.

Por outro lado, o alto número de questionários da Região Sul também merece referência, com destaque para o Estado do Paraná (8 protocolos respondidos), fruto do trabalho realizado pela proP Laura Ceretta Moreira em seu Estado; vale ainda a menção dos 5 questionários respondidos pelas universidades do Rio Grande do Sul.

No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, cabe apontar a presença de todas as universidades públicas federais e estaduais (com exceção da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, além da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, já citada), assim como ocorreu com o Estado do Paraná.

É notório também o grande número de questionários originários da Região Nordeste, o que parece sinalizar para uma crescente preocupação com a educação especial pelas Universidades da Região, assim como a quantidade significativa de questionários respondidos pelas universidades estaduais dessa Região (Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão - 5 protocolos respondidos), o que demonstra que a pouca trajetória e envolvimento com a educação especial não foi obstáculo para a devolução dos questionários.

O menor número de protocolos, como era de se esperar, proveio das Regiões Norte e Centro-Oeste, mas não se pode descurar do fato de que, com exceção das Federais do Amazonas e de Goiás, todas as universidades públicas federais aí sediadas estão representadas, além do fato de que é nessas mesmas Regiões que se situa o menor número de universidades do País.

Essa, portanto, foi a amostra que conseguimos obter e, conforme apontado acima, efetuaremos balanço das ações das IES dentro de suas três grandes finalidades: o ensino, a pesquisa e a extensão. Em cada um deles, é óbvio, estão implicadas ações que se interrelacionam com as outras, mas para fins de análise consideramos mais eficaz a divisão nessas três finalidades.

O primeiro capítulo trata das ações encetadas pelas IES no campo da educação especial no que se refere às suas atividades de ensino, englobando cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu*, de especialização e de extensão.

O Capítulo 2 trata das ações de pesquisa encetadas pelas IES, abarcando as pesquisas institucionais em desenvolvimento e os núcleos e grupos de estudos e pesquisas em funcionamento no ano de 1998.

O Capítulo 3 versa sobre as atividades de extensão das IES, envolvendo tanto iniciativas próprias em relação à população deficiente como as ações voltadas para órgãos públicos e entidades da sociedade civil que tratam da educação especial.

Certamente, em alguns casos, pode ter havido falhas de informação, dessa ou daquela IES, mas procuramos, em primeiro lugar, garantir o máximo de fidedignidade por meio de seleção criteriosa dos informantes, em geral, os próprios representantes das IES no Fórum Nacional.

Por outro lado, procuramos manter o máximo de fidedignidade possível às informações dadas, mas a sua categorização não foi tarefa fácil e, em alguns casos, pode não corresponder exatamente à informação fornecida.

Como nosso interesse não foi o de exaurir todas as informações de cada IES, mas o de traçar um perfil da situação da educação especial nas Instituições de Ensino Superior brasileiras no campo da educação especial, no sentido de oferecer uma visão panorâmica do "estado da arte", entendemos que essas possíveis falhas não devem ser muito expressivas e que não prejudicariam essa visão mais abrangente da situação da educação especial no ensino superior do País.

Esperamos, sinceramente, que este balanço possa servir de ponto de partida para um novo patamar de inserção da educação especial no ensino superior brasileiro, área, como veremos, muito pouco aquinhoadada, que vive basicamente de iniciativas de um conjunto de acadêmicos abnegados e comprometidos com a educação especial brasileira.

Por fim, cabe fazer alguns agradecimentos:

- em primeiro lugar, ao Professor António Lino Rodrigues de Sá, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e coordenador do Fórum Nacional de Educação Especial, pelo total apoio à realização deste levantamento;
- à professora Marilene Ribeiro dos Santos, Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação, pelo apoio incondicional, tanto para a realização como para a publicação deste trabalho;
- à professora Laura Ceretta Moreira, da Universidade Federal do Paraná, pela colaboração na elaboração dos questionários.

CAPÍTULO 1

AÇÕES VOLTADAS AO ENSINO

A incorporação da educação especial no Brasil pelas Instituições de Ensino Superior teve seu início com a promulgação da Lei n. 5.692/71, na medida em que esse documento legal definiu que a formação de professores e especialistas para o ensino dos então 1º e 2º graus de ensino fosse se elevando progressivamente (Art. 29).

Em decorrência dessa lei, o Conselho Federal de Educação baixou Resoluções tornando obrigatória a formação de professores de educação especial em nível superior, dentro dos Cursos de Pedagogia.

Embora tenham ocorrido, antes desse período, algumas iniciativas isoladas, tanto em termos de ensino como de pesquisa e extensão, foi a incorporação, pelas IES, da formação de professores de educação especial que permitiu uma disseminação de ações de forma mais sistemática e contínua.

É fato, também, que essas resoluções tiveram pouco efeito prático, porque na grande maioria das unidades da federação poucas foram as iniciativas para a criação de habilitações específicas de educação especial dentro dos cursos de pedagogia, tal como determinavam esses documentos legais.

Assim, quase 30 anos após a determinação de obrigatoriedade de formação desse professor em nível superior, a participação da universidade brasileira como um todo, no que se refere às políticas de educação especial, parece exercer pequeno papel.

Essas foram as razões básicas que nos levaram a realizar o presente balanço, no intuito de sistematizar, analisar e divulgar as informações básicas sobre as atividades de ensino encetadas pelas IES no campo da educação especial, no ano de 1998, expressas pelos cursos de graduação para formação de professores de educação especial, pelas disciplinas sobre educação especial incluídas em cursos de graduação, pelos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e pelos cursos de extensão, restringindo-nos, conforme já foi apontado, às Faculdades e Centros de Educação e aos Programas de Pós-Graduação em Educação.¹

¹ Estamos fazendo aqui a distinção entre Faculdades/Centros de Educação e Programas de Pós-Graduação porque, se nas IES públicas elas estão integradas, Wa Departamento, em muitas IESprh-adas a pós-graduação tem autonomia frente à graduação.

1.1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO

1.1.1. Formação de professores de educação especial

Os cursos de formação de professores de educação especial existentes em 1998 pelas IES pesquisadas estão apresentados na Tabela 3:

TABELA 3
Professor de educação especial
Situação dos cursos de graduação - 1998

| Situação | Nº | % |
|-----------------------------|-----------|------------|
| Não oferecem formação em EE | 35 | 60,3 |
| Oferecem formação em EE | 23 | 39,7 |
| TOTAL | 58 | 100 |

Após 27 anos das resoluções do CFE que elevaram a formação de professores de educação especial ao nível superior, o número de universidades que oferecia algum tipo de formação dentro dos parâmetros legais (nível superior de graduação plena) era muito pequeno: somente 23 universidades (39,7%), entre as 58 respondentes, ofereciam cursos de graduação plena, o que totalizava menos de uma IES por unidade da federação.

Os tipos de deficiência contemplados são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4
Professor de educação especial
Tipo de deficiência - 1998

| Tipo | N° | % |
|--------------|-----------------------|------------|
| Geral | 11 | 34,4 |
| DM | 13 | 40,6 |
| DA | 5 | 15,6 |
| DV | 2 | 6,3 |
| DF | 1 | 3,1 |
| TOTAL | 32² | 100 |

Com relação aos tipos de deficiência, verifica-se que o maior número refere-se à formação de professores de deficientes mentais (13, ou seja, 40,6%), que dá uma média aproximada de 0,5 por Unidade da Federação. Vale, entretanto, ressaltar o número elevado, em relação aos demais âmbitos, da formação do professor de educação especial "generalista" (11), o que confirma a tendência atual (ao contrário da tendência inicial desses cursos) de se evitar a ultra-especialização, embora ainda seja grande o número de cursos voltados para as deficiências específicas (21).

Não se pode deixar de apontar o reduzido número de cursos voltados às deficiências físicas e sensoriais (8 para todo o País), o que dá a dimensão da precariedade de atendimento nessas áreas. Se o número de cursos de professores de deficientes auditivos era reduzidíssimo, o de professores de deficiência visual e física foram ínfimos, esta última área contando com um único curso em todo o País.

Com relação ao tipo de curso em que se oferece a formação de professores de educação especial (Tabela 5), a maior parte deles (17), como

² Este número é maior do que o de IES que oferecem cursos porque algumas delas oferecem formação em mais de um tipo de deficiência.

era de se esperar, inseria-se como habilitação do curso de Pedagogia, conforme rezavam as disposições decorrentes da regularização da formação de professores de educação especial, em virtude da Lei nº 5.692/71. A promulgação da nova LDB, em 1996, acarretou mudanças, mas, quando da coleta de dados, ainda não havia sido regulamentada a formação de professores em geral.

TABELA 5
Professor de educação especial
Tipo de curso - 1998

| Tipo | Quant. | % |
|----------------------------------|---------------|------------|
| Habilitação - Curso de Pedagogia | 17 | 74,0 |
| Licenciatura Específica | 3 | 13,0 |
| Formação multiprofissional | 3 | 13,0 |
| TOTAL | 23 | 100 |

Mas não se pode deixar de destacar que, em 1998, já existiam 6 iniciativas (26%) que não se subordinavam aos ditames das resoluções, com três IES oferecendo licenciaturas específicas e três que já ofereciam formação multiprofissional (não específicas a esta ou aquela deficiência) independentes dos cursos de pedagogia.

Quanto à distribuição regional, os dados estão apresentados na Tabela 6.

TABELA 6
Professor de educação especial
Distribuição regional por tipo de deficiência - 1998

| Região | Tipo | | | | | TOTAL |
|--------------|-------------|-----------|----------|----------|----------|-----------------------|
| | Generalista | DM | DA | DV | DF | |
| Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nordeste | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Centro-Oeste | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Sudeste | 5 | 10 | 4 | 2 | 1 | 22 |
| Sul | 3 | 3 | 1 | 0 | 0 | 7 |
| TOTAL | 10 | 14 | 5 | 2 | 1 | 32⁴ |

Das cinquenta e oito IES que responderam ao questionário, não havia nenhuma da Região Norte que mantivesse habilitação para educação especial. Além disso, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste concentravam-se apenas quatro cursos (dois na Centro-Oeste e dois na Nordeste), sendo que três deles se dirigiam à formação do professor "generalista" e um se voltava à formação de professores de deficientes mentais. O que se verifica, portanto, é que nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste (além do reduzidíssimo número de cursos) não havia um curso sequer, dentro das universidades, para a formação de professores de DA, DV e DF, dentro dos moldes preconizados pela legislação em vigor (nível superior, de graduação plena).

A maior concentração situava-se nas Regiões Sudeste (21) e Sul (7). Mesmo para essas duas Regiões, o número de habilitações de professores de educação especial era bastante reduzido, com uma maior concentração em habilitações para DM (14) e DA (5). Impressiona, ainda, mesmo nessas Regiões,

⁴ Este número é maior do que o das IES que oferecem cursos de formação de professores em educação especial (23), porque muitas delas oferecem-na em mais de um âmbito de deficiência.

o reduzidíssimo número de cursos de formação de professores de DV e DF (2 e 1, respectivamente), todos sediados na Região Sudeste. Ainda vale ressaltar que nestas regiões que se concentravam o maior número de cursos de formação de professores de educação especial "generalistas" (8 entre os 10 existentes).

As IES que ofereciam cursos de formação de professores estão apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7
Professor de educação especial
Distribuição dos cursos por IES e tipo de deficiência - 1998

| N° | IES | Âmbito de deficiência | | | | | Total |
|--------------|-----------|-----------------------|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| | | Gener. | DM | DA | DV | DF | |
| 1 | UFRN | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 2 | UFC | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 3 | UnB | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 4 | USP | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 5 | UNESP-Mar | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| 6 | UNESP-Ar | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 7 | UNICAMP | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 8 | PUCSP | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 9 | UNIMEP | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 10 | PUCCAMP | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 11 | MACKENZIE | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 12 | UNHAI! | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 13 | UNICID | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 14 | UNICSUL | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 15 | UERJ | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 16 | UCB | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 17 | UFES | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| 18 | UEPG | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 19 | UNICENTRO | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 20 | UFSC | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 21 | UNIVALI | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 22 | UFSM | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| 23 | PUCRS | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| TOTAL | | 10 | 14 | 5 | 2 | 1 | 32 |

O que se pode verificar, em primeiro lugar, é que, embora em números reduzidos, a formação de professores generalistas e para deficientes mentais se distribuía por todo o País, com exceção da Região Norte, cujas IES não mantinham cursos de formação de educação especial. Em compensação, nas demais áreas (DA, DV e DF), os cursos estavam todos concentrados no estado de São Paulo, com exceção do curso para formação de professores de deficientes auditivos mantido pela UFSM, no Rio Grande do Sul.

Quanto às IES em particular, a primeira menção refere-se à UNESP-Marília que contribuía com 4 dessas habilitações (ou seja 12,5% das habilitações oferecidas) já que foi a única Universidade brasileira que mantinha habilitações de formação de professores para todas as áreas da deficiência (DM, DA, DV e DF), sendo que ela também era a única que oferecia, em todo o País, curso de formação de professores para deficientes físicos.

Merecem destaque, também, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Ceará, por serem as únicas que mantinham cursos de formação de professores em região que congrega nada menos que 9 Estados, assim como a Universidade de Brasília, que foi a única da Região Centro-Oeste com curso de formação de professores de educação especial.

Vale a pena apontar, ainda, a presença de IES como a UNICID, UNICSUL a UCB, UEPG e UNIVALI, que já possuíam cursos de formação de professores de educação especial, mesmo sem ter grande trajetória na área, o que pode apontar, por um lado, para a ampliação de interesse das IES mas, por outro, para uma formação de professores de educação especial que deixe a desejar, na medida em que não possuem muita tradição na educação especial.

1.1.2. A educação especial no currículo dos cursos de educação

O segundo aspecto, dentro das ações voltadas ao ensino, refere-se à inserção de disciplinas e de núcleos temáticos nos cursos de formação de educadores das IES brasileiras, aspecto altamente significativo, pois, a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, prega-se a inclusão dos alunos deficientes nas classes de ensino regular, o que pressupõe um mínimo de formação por parte dos profissionais da educação, especialmente do ensino

fundamental, para lidar com alunos que possuem alterações orgânicas, sensoriais e mentais que poderão interferir em seu processo de escolarização.

1.1.2.1. A inserção de disciplina de educação especial na formação do professor polivalente (séries iniciais do ensino fundamental)

Conforme os dados da Tabela 8, verifica-se que o número de IES que ofereciam, em 1998, disciplinas de educação especial nos cursos de formação de professores polivalentes alcançava pouco mais da metade das IES pesquisadas.

TABELA 8
Professor polivalente
Disciplinas sobre educação especial - 1998

| Situação | Nº | % |
|-----------------|-----------|------------|
| Oferecem | 30 | 51,7 |
| Não oferecem | 28 | 48,3 |
| Total | 58 | 100 |

É interessante verificar que este número foi superior ao das IES que ofereciam cursos específicos de formação professores de educação especial, o que pode, por um lado, significar a falta de recursos humanos necessários para a oferta de cursos ou habilitações específicos de formação de professores especialistas, enquanto a oferta de uma ou outra disciplina exige número muito mais reduzido de professores habilitados. Por outro lado, pode ser um bom sinal, já que condiz com as modernas exigências postas pelas políticas de inclusão para a formação desse professor no sentido de sua qualificação para o trabalho com PNEEs.

O número de disciplinas oferecidas pelas IES está apresentado na Tabela 9.

TABELA 9C/3[^]

Professor polivalente
Quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES
1998

| Disciplinas | IES | | Total |
|--------------------|------------|------------|-----------------------|
| | Nº | % | |
| Oferecidas | | | de disciplinas |
| Uma disciplina | 21 | 70,0 | 21 |
| Duas disciplinas | 3 | 10,0 | 06 |
| Três disciplinas | 6 | 20,0 | 18 |
| TOTAL | 30 | 100 | 45 |

Vale ressaltar que mais de dois terços das IES ofereceram apenas uma disciplina, enquanto que menos de um terço ofereceu mais de uma disciplina, sendo que 6 delas dispuseram três disciplinas aos alunos desse curso.

O fato de o número de IES que ofereciam mais de uma disciplina ser muito pequeno em relação ao das que ofereciam apenas uma pode significar tanto a falta de recursos humanos disponíveis quanto um incremento desses recursos, dados que poderiam ser confirmados se tivéssemos em mãos uma série histórica relativamente larga das disciplinas oferecidas.

Os tipos de disciplinas existentes, dentro dos currículos de formação do professor polivalente das IES brasileiras, estão apresentados na Tabela 10.

TABELA 10

Professor polivalente
Tipo de disciplinas sobre educação especial - 1998

| Situação | Nº | % |
|-----------------|-----------|------------|
| Obrigatória | 23 | 51,1 |
| Eletiva | 22 | 48,9 |
| Total | 45 | 100 |

As quarenta e cinco disciplinas oferecidas estavam distribuídas equilibradamente entre obrigatórias e eletivas, o que significa que boa parte dos cursos de formação de professores polivalentes ainda não conta, em sua grade curricular, com disciplina de educação especial que atingisse a todos os professores.

Quanto à distribuição regional, o que se verifica é o seguinte:

TABELA 11
Professor polivalente
Distribuição regional das disciplinas sobre
educação especial - 1998

| | Obrigatória | Eletiva | Total |
|--------------|--------------------|----------------|--------------|
| Norte | 2 | 0 | 2 |
| Nordeste | 4 | 4 | 8 |
| Centro-Oeste | 1 | 3 | 4 |
| Sudeste | 7 | 6 | 13 |
| Sul | 9 | 9 | 18 |
| TOTAL | 23 | 22 | 45 |

O que salta aos olhos, nessa tabela, é o fato de que a Região Sul apresentava um número de disciplinas de educação especial incluídas no currículo de formação do professor polivalente maior que a Região Sudeste (situação oposta à verificada nos cursos de formação de professores de educação especial). Essa situação parece indicar uma certa vanguarda com relação à inserção da educação especial na formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental.

Além disso, o fato de todas as regiões contarem com disciplinas de educação especial nesses cursos é um dado que não pode ser desprezado, pois aponta para uma crescente absorção da temática pelas instituições formadoras de professores.

Com relação ao caráter dessas disciplinas, o que se nota, em primeiro lugar, é um relativo equilíbrio, nas diversas Regiões, entre a oferta de disciplinas eletivas e obrigatórias. As duas Regiões menos aquinhoadas foram as que

apresentaram maior disparidade em relação a essa distribuição; enquanto na Região Norte as duas disciplinas oferecidas eram obrigatórias, na Região Centro-Oeste eram três eletivas contra apenas uma obrigatória.

As disciplinas oferecidas pelas diferentes IES estão arroladas no Quadro 2.

QUADRO 2
Professor polivalente
Títulos das disciplinas sobre educação especial - 1998

| Nº | Região | IES | DISCIPLINA |
|-----------|---------------|------------|---|
| 1 | Norte | UFAC | Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração do PNEE |
| 2 | | UFPA | Fundamentos da educação especial |
| 3 | Nordeste | UFPE | Educação especial |
| 4 | | UEPB | Psicologia do excepcional |
| 5 | | UFRN | Introdução à educação especial |
| 6 | | | Fundamentos sócio-históricos, filosóficos e educacionais da educação especial |
| 7 | | | Metodologia de ensino em educação especial |
| 8 | | UERN | Educação especial |
| 9 | | UFC | Introdução à educação especial |
| 10 | | UEMA | Metodologia do ensino especial |
| 11 | Centro | UnB | 0 educando PNEE |
| 12 | Oeste | | Tópicos em educação especial |
| 13 | | | Introdução à educação especial |
| 14 | | UFMT | Fundamentos da educação especial |
| 15 | Sudeste | UFSCar | Fundamentos de educação especial |
| 16 | | | Tópicos em educação especial |
| 17 | | | Psicologia do excepcional |
| 18 | | UNICAMP | Fundamentos da educação especial |
| 19 | | UNICSUL | Introdução à educação especial |
| 20 | | | Psicologia da educação II |
| 21 | | UNIRIO | Fundamentos da educação especial |
| 22 | | UFF | Educação especial |
| 23 | | | Tópicos em educação especial |
| 24 | | | Atividades temáticas em educação especial |
| 25 | | UERJ | Tópicos especiais em educação especial |
| 26 | | UFU | Educação especial |
| 27 | | UFES | Introdução à educação especial |
| 28 | Sul | UFPr | Fundamentos da educação especial |

| Nº | Região | IES | DISCIPLINA |
|----|--------|-----------|---|
| 29 | | | Currículos e programas em educação especial |
| 30 | | | Planejamento educacional em educação especial |
| 31 | | UNICENTRO | Fundamentos da educação especial |
| 32 | | UNIOESTE | Fundamentos da educação especial |
| 33 | | UEL | Introdução à educação especial |
| 34 | | | Tópicos em educação especial |
| 35 | | | 0 indivíduo PNEE - um enfoque psicossocial |
| 36 | | PUCPR | Educação especial |
| 37 | | TUIUTI | Necessidades educativas especiais |
| 38 | | UFSC | Educação especial - aspectos sócio-históricos e políticos |
| 39 | | | Patologia de linguagem |
| 40 | | UNIVALI | Educação especial |
| 41 | | UFRGS | Introdução à educação especial |
| 42 | | UFSM | Introdução ao estudo do excepcional |
| 43 | | UFFel | Educação do excepcional |
| 44 | | PUCRS | Aspectos gerais da educação especial I |
| 45 | | | Aspectos gerais da educação especial II |

Das 45 disciplinas oferecidas, 31 (ou seja, 68,9%) referiam-se à educação especial, com ou sem qualificativo (fundamentos, introdução, tópicos, aspectos sócio-histórico-políticos, etc), 4 se reportavam aos sujeitos (portadores de necessidade educativas especiais), 4 à processos pedagógicos (metodologia, currículos e programas e planejamento), 5 se utilizavam de terminologia ultrapassada (excepcional) sendo que três destas referem-se à "psicologia", e duas à educação e uma única referia-se à patologia da linguagem.

Outro aspecto a ser enfatizado foi a ausência de disciplinas de educação especial nas grades curriculares de cursos mantidos por universidades de grande tradição na área da educação especial, como a USP, PUCSP, UNIMEP, UNESP-Marília e PUCCAMP, por coincidência ou não, todas sediadas no Estado de São Paulo. Em compensação, universidades como a UNICAMP, UFF, UFSC, UFRGS, UFSM e PUCRS, também com tradição na área, ofereceram disciplinas de educação especial nesses cursos.

Além disso, é interessante verificar, também que, das universidades que ofereciam três disciplinas (UFRN, UnB, UFF, UFPr, UEL e UFSCar), as duas primeiras ofertavam curso específico de formação de professores de educação

especial "generalistas", enquanto que as quatro últimas não ofereciam qualquer tipo dessa formação, o que pode estar evidenciando os novos caminhos da educação especial em procurar tornar o professor de ensino regular capacitado a trabalhar com PNEEs. Se cotejado com os achados do parágrafo anterior, poder-se-á levantar a hipótese de que aquelas universidades continuavam presas a uma formação específica, tradicional, com largos conteúdos sobre as características peculiares das diferentes deficiências. Essa hipótese parece ser ainda mais plausível quando se verifica que, daquelas 5 universidades que não ofereciam disciplinas em educação especial, somente a PUCCAMP dispunha de curso de formação de professor "generalista", enquanto que as demais ainda se voltavam à formação do professor especializado em determinada deficiência.

1.1.2.2. A inserção de disciplina de educação especial nas licenciaturas (5ª a 8ª séries e ensino médio)

O número de IES que ofereceram disciplinas de educação especial às licenciaturas caiu sensivelmente em relação à formação de professores polivalentes: 11 IES ofereciam disciplinas sobre educação especial aos seus licenciados (Tabela 12).

TABELA 12
Licenciatura
Situação das disciplinas sobre educação especial - 1998

| Situação | Quantidade | |
|--------------|------------|------|
| | N° | % |
| Oferecem | 11 | 19,0 |
| Não oferecem | 47 | 81,0 |
| TOTAL | 58 | 100 |

Essa pequena oferta pode estar refletindo tanto uma perspectiva de que o professor especialista tem menos necessidade de formação nesse campo, ou a influência do reduzidíssimo número de alunos deficientes que atingem níveis superiores à 4ª série do ensino fundamental, o que redundou na falta de exigências concretas para a formação desse professor no campo da educação especial.

A Tabela 13 apresenta a quantidade de disciplinas sobre educação especial oferecidas por IES.

TABELA 13
Licenciatura
Quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES -
1998

| Disciplinas | Quantidade | | Total |
|--------------------|-------------------|----------|--------------|
| Oferecidas | Nº | % | |
| Uma disciplina | 6 | 37,5 | 6 |
| Dois disciplinas | 5 | 62,5 | 10 |
| TOTAL | 11 | 100 | 16 |

Onze IES ofereceram dezesseis disciplinas sobre educação especial, já que 5 delas ofertavam duas disciplinas, o que reduz, ainda mais a participação das IES na formação específica dos professores especialistas no campo da educação especial.

A Tabela 14 se refere ao tipo de disciplina sobre educação especial ofertada pelas IES.

TABELA 14
Licenciatura
Tipo das disciplinas de educação especial - 1998

| Tipo | N° | % |
|--------------|-----------|------------|
| Obrigatória | 6 | 37,5 |
| Eletiva | 10 | 62,5 |
| TOTAL | 16 | 100 |

A maior parte das disciplinas oferecidas eram eletivas, o que significa que muitos dos alunos de licenciatura não tiveram qualquer contato com conteúdos relacionados à educação especial.

A Tabela 15 apresenta a distribuição regional das IES que ofereciam disciplinas sobre educação especial nos cursos de licenciatura.

TABELA 15
licenciatura
Distribuição regional das disciplinas sobre educação especial -1998

| | Total | % |
|--------------|--------------|------------|
| Norte | 1 | 6,3 |
| Nordeste | 4 | 25,0 |
| Centro-Oeste | 2 | 12,5 |
| Sudeste | 4 | 25,0 |
| Sul | 5 | 31,2 |
| TOTAL | 16 | 100 |

Verifica-se uma distribuição bastante equilibrada entre as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e uma oferta menor nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

A supremacia da Região Sul sobre a Região Sudeste observada na formação do professor polivalente não se faz presente aqui: a diferença foi de apenas uma disciplina a mais na Região Sul. Por outro lado, cabe a menção à Região Nordeste cujas IES ofereceram o mesmo número de disciplinas de educação especial às licenciaturas que a Região Sudeste, o que não havia ocorrido nos tópicos anteriores.

As disciplinas oferecidas pelas diferentes IES estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 **Licenciatura**

Disciplinas sobre educação especial oferecidas pelas IES - 1998

| Nº | Região | IES | DISCIPLINA |
|----|----------|--------|---|
| 1 | Norte | UFAC | Educação física especial |
| 2 | Nordeste | UEPB | Educação física especial |
| 3 | | | Ginástica escolar especial |
| 4 | | UFMA | Fundamentos da educação especial |
| 5 | | UEMA | Metodologia do ensino especial |
| 6 | Centro- | UnB | Tópicos em educação especial |
| 7 | Oeste | | Introdução à educação especial |
| 8 | Sudeste | UNITAU | Educação física para diferenciados |
| 9 | | | Psicologia do excepcional |
| 10 | | UFF | Tópicos em educação especial |
| 11 | | UFV | Educação física especial |
| 12 | Sul | UEL | Tópicos em educação especial |
| 13 | | | 0 indivíduo PNEE - um enfoque psicossocial |
| 14 | | UFSC | Educação especial - aspectos sócio-históricos e políticos |
| 15 | | | Patologia da linguagem |
| 16 | | UFSM | Introdução ao estudo do excepcional |

Verifica-se, por esse quadro, que, no Estado de São Paulo, de todas as IES respondentes (11) somente a UNITAU oferecia disciplinas de educação

especial às licenciaturas, situação idêntica a do Acre, em que apenas uma IES respondeu ao questionário (UFAC). No Nordeste foram três as IES que as ofereceram, sendo que duas delas por duas Universidades diferentes do mesmo Estado (UFMA e UEMA). No Centro-Oeste, as duas disciplinas foram oferecidas por uma mesma IES (UnB) e a situação mais equilibrada foi da da Região Sul, em que pelo menos uma IES por Estado ofereceu disciplina sobre educação especial às licenciaturas.

Das IES que possuem maior tradição na área, somente a UFSC e a UFMS ofereceram disciplinas específicas às licenciaturas, fenômeno semelhante ao ocorrido nos cursos de professor polivalente, em que boa parte das universidades de tradição também estiveram ausentes.

Entre as 16 disciplinas oferecidas, as que se voltavam à educação especial (fundamentos, introdução, tópicos) foram a maioria: 6. Mas nesse tópico, destacam-se as disciplinas de educação física, em número de 5. As demais estão diluídas nos temas: PNEE, metodologia, psicologia do excepcional, educação do excepcional e patologia de linguagem (uma cada).

1.1.2.3. A inserção de disciplina de educação especial nas habilitações do curso de Pedagogia

A quantidade de IES que ofereceram disciplinas sobre educação especial nas habilitações do Curso de Pedagogia está contida na Tabela 16.

TABELA 16
Habilitações do Curso de Pedagogia
Oferta de disciplinas sobre educação especial - 1998

| Situação | Nº | % |
|--------------|----|------|
| Oferecem | 32 | 55,2 |
| Não oferecem | 26 | 44,8 |
| Total | 58 | 100 |

Pouco mais da metade das IES ofereceram disciplinas sobre educação especial nos cursos de pedagogia, o que parece um bom indicador, pois esse número é muito superior ao das IES que ofertaram essas disciplinas nos cursos de licenciatura (11) e pouco mais do que as oferecidas aos cursos de professor polivalente (30).

A distribuição pelas diferentes habilitações está apresentada na Tabela 17.

TABELA 17
Habilitações do Curso de Pedagogia
Distribuição das disciplinas sobre educação especial
pelos licenciaturas - 1998

| Habilitação | Nº | % |
|--|-----------|------------|
| Administração Escolar | 13 | 13,4 |
| Orientação Educacional | 17 | 17,5 |
| Supervisão Escolar | 19 | 19,6 |
| Magistério das Disciplinas Pedagógicas | 20 | 20,6 |
| Educação Popular | 6 | 6,2 |
| Educação Infantil | 18 | 18,6 |
| Outra | 4 | 4,1 |
| TOTAL | 97 | 100 |

A primeira consideração a ser feita diz respeito ao elevado número de disciplinas oferecidas. Na verdade, como veremos no quadro a seguir, esse número era muito menor, mas como a mesma disciplina foi oferecida a diferentes habilitações e como a grande maioria das IES ofereceram mais de uma habilitação, esse número parece ser muito maior do que era, na realidade. De qualquer forma, não podemos negar que uma série de profissionais da educação estavam recebendo, nessas IES, alguma formação para atuar junto a PNEEs. Vale a pena ainda destacar o bom número de disciplinas ofertadas às habilitações de Magistério das Disciplinas Pedagógicas (responsável pela

formação do professor) e de Educação Infantil, que poderão permitir uma melhor atuação desses educadores no que diz respeito à educação especial e aos PNEEs e que pode estar refletindo uma crescente preocupação com a melhor qualificação tanto do formador do professor quanto como a do professor pré-escolar.

A Tabela 18 mostra a distribuição dessas disciplinas pela quantidade ofertada por IES.

TABELA 18
Habilitações do Curso de Pedagogia
Quantidade de disciplinas sobre educação especial por IES -1998

| Disciplinas | Quantidade | | Total |
|---------------------------|-------------------|-------------|--------------|
| | Nº | % | |
| Oferecidas por IES | | | |
| Uma disciplina | 22 | 68,8 | 22 |
| Duas disciplinas | 5 | 15,6 | 10 |
| Três disciplinas | 5 | 15,6 | 15 |
| TOTAL | 32 | 100 | 47 |

Foram quarenta e sete disciplinas oferecidas por 32 IES, a maioria absoluta ofertando apenas uma disciplina (22). Mas é importante ressaltar que 10 IES já ofereciam mais de uma disciplina, com cinco delas ofertando três disciplinas sobre educação especial.

A Tabela 19 apresenta os tipos de disciplinas sobre educação especial oferecidas às habilitações.

TABELA 19
Habilitações do Curso de Pedagogia
Tipo de disciplina sobre educação especial -1998

| Tipo | Nº | % |
|--------------|-----------|------------|
| Obrigatória | 34 | 72,3 |
| Eletiva | 13 | 27,7 |
| TOTAL | 47 | 100 |

Verificamos que, ao contrário do que ocorreu nos cursos de formação de professores (tanto polivalentes como nas licenciaturas, em que o número entre obrigatórias e eletivas era muito equilibrado - ver Tabelas 9 e 10), o número de disciplinas obrigatórias, nessas habilitações, foi muito mais significativo que o das eletivas (quase que três vezes mais), o que pode estar refletindo uma concepção segundo a qual a formação do especialista educacional bastaria para adequar a ação da escola às necessidades da população deficiente.

A distribuição regional das disciplinas, segundo as habilitações, é apresentada na Tabela abaixo:

TABELA 20
Habilitações do curso de pedagogia
Distribuição regional das disciplinas sobre educação especial-1998

| | Admin. Escolar | Orient. Educac. | Superv. Escolar | Mag. Disc. Pedag. | Educ Popular | Educ. Infantil | Outra | Total |
|--------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------|--------------|
| Norte | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 0 | 7 |
| Nordeste | 2 | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 2 | 20 |
| Centro-Oeste | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Sudeste | 7 | 7 | 7 | 9 | 3 | 6 | 1 | 40 |
| Sul | 3 | 5 | 6 | 6 | 0 | 7 | 1 | 28 |
| TOTAL | 13 | 17 | 19 | 20 | 6 | 18 | 4 | 97 |

O que primeiro se destaca na distribuição regional foi o elevado número de disciplinas oferecidas por IES da Região Nordeste, pois, embora esteja bem abaixo das Regiões Sul e Sudeste, foi muito mais elevada que os das Regiões Norte e Centro-Oeste. Pode-se ainda verificar que a distribuição regional das disciplinas de educação especial entre as diferentes habilitações era muito mais equilibrada na Região Nordeste, atingindo todas as habilitações com números relativamente próximos, que a das demais regiões.

Além disso, é importante considerar o número de disciplinas oferecidas por IES da Região Sudeste, muito superior aos da Região Sul, situação diametralmente oposta à oferta de disciplinas de educação especial nos cursos analisados anteriormente.

No Quadro 4 apresentamos o rol das disciplinas de educação especial oferecidas, por IES e região, onde se pode verificar que são 47 as disciplinas efetivamente oferecidas pelas 32 IES. Esses números são ligeiramente superiores aos dos cursos de professores polivalentes (30 IES ofertando 45 disciplinas) o que parece reforçar a tese de que a formação de professores nos centros de educação das IES foi se constituindo em "apêndice" das habilitações mais tradicionais.

QUADRO 4

Habilitações do Curso de Pedagogia

Disciplinas de educação especial oferecidas pelas IES - 1998

| Nº | Região | IES | DISCIPLINA |
|-----------|---------------|------------|---|
| 1 | Norte | UFAC | Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração do PNEE |
| 2 | | UFPA | Fundamentos da educação especial |
| 3 | | UNITINS | Fundamentos da educação especial |
| 4 | Nordeste | UFAL | Fundamentos de educação especial |
| 5 | | FUNESA | Educação especial |
| 6 | | UFPE | Educação especial |
| 7 | | UFPb | Educação de excepcionais |
| 8 | | UEPB | Psicologia do excepcional |
| 9 | | | Estágios supervisionados na APAE |
| 10 | | UFRN | Introdução à educação especial |
| 11 | | | Núcleo Temático em EE |

| Nº | Região | IES | DISCIPLINA |
|-----------|---------------|-------------|---|
| 12 | | | Educação especial |
| 13 | | UFC | Introdução à educação especial |
| 14 | | | Psicomotricidade |
| 15 | | | Distúrbios da linguagem e da fala |
| 16 | | UEMA | Metodologia do ensino especial |
| 17 | Centro | UnB | Introdução à educação especial |
| 18 | Oeste | | Tópicos em educação especial |
| 19 | | | 0 educando PNEE |
| 20 | Sudeste | UFSCar | Fundamentos de educação especial |
| 21 | | | Tópicos em educação especial |
| 22 | | | Psicologia do excepcional |
| 23 | | UNESP-Mar | Introdução à educação especial |
| 24 | | UNESP-Ar | Educação especial |
| 25 | | UNICSUL | Introdução à educação especial |
| 26 | | | Psicologia da Educação II |
| 27 | | UNIRIO | Fundamentos da educação especial |
| 28 | | UFF | Educação especial |
| 29 | | | Tópicos em educação especial |
| 30 | | | Atividades temáticas em educação especial |
| 31 | | UERJ | Questões atuais em educação especial |
| 32 | | | Pesquisa em educação especial |
| 33 | | UCB | Problemas de aprendizagem |
| 34 | | UFU | Educação especial |
| 35 | | UFES | Introdução à educação especial |
| 36 | Sul | UFPr | Fundamentos da educação especial |
| 37 | | UEM | Educação especial |
| 38 | | UNICENTRO | Fundamentos da educação especial |
| 39 | | UNIOESTE | Fundamentos da educação especial |
| 40 | | UEL | Introdução à educação especial |
| 41 | | | Tópicos de educação especial |
| 42 | | PUCPR | Educação especial |
| 43 | | TUIUTI | Necessidades educativas especiais |
| 44 | Sul | UFSC | Educação especial - aspectos sócio-históricos e políticos |
| 45 | | | Patologia de linguagem |
| 46 | | UFSM | Introdução ao estudo do excepcional |
| 47 | | PUCRS | Aspectos gerais da educação especial |

Aqui, nota-se novamente a ausência de disciplinas de educação especial nas universidades de maior tradição na área, como a USP, PUCSP, UNIMEP e PUCAMP, que, com exceção da UNESP-Marília, são as mesmas que não ofereceram disciplinas para cursos de formação de professores polivalentes.

Trinta e uma das 47 disciplinas de educação especial referem-se a ela de maneira geral (educação especial, fundamentos, tópicos, introdução, aspectos gerais, etc.) e o restante se dilui entre PNEE (3), psicologia do excepcional (3), distúrbios de linguagem (2) e os demais temas com apenas uma disciplina cada (educação dos excepcionais, estágio supervisionado, psicomotricidade, metodologia especial, problemas de aprendizagem e estudo dos excepcionais).

Embora tenham surgido apenas uma vez, consideramos pertinente destacar as disciplinas oferecidas pela UFRN e pela UERJ: a primeira por parecer se constituir em experiência inovadora (núcleo temático composto de diversas disciplinas eletivas) e a segunda, por ser a única a incluir uma disciplina referente à pesquisa em educação especial.

1.2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO

1.2.1. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm sido utilizados, via de regra, para a especialização de graduados, com um sentido claramente profissionalizante. A Tabela 21 mostra a quantidade de IES que ofereceram cursos desse tipo, no campo da educação especial, em 1998, todos eles de especialização, conforme as normas em vigor.

Tabela 21
Especialização em educação especial
Oferta de cursos - 1998

| Situação | Nº | % |
|-----------------|-----------|------------|
| Oferecem | 30 | 51,7 |
| Não oferecem | 28 | 48,3 |
| Total | 58 | 100 |

Pouco mais da metade das IES ofereceram, em 1998, cursos de especialização em educação especial, exatamente o mesmo número de IES que ofereceram disciplinas de educação especial nos cursos de formação do professor polivalente.

A quantidade de cursos oferecidos por IES está apresentada na Tabela 22.

TABELA 22
Especialização em educação especial
Quantidade oferecida por IES - 1998

| Nº oferecido por IES | Quantidade | | Total de cursos oferecidos |
|---------------------------------|-------------------|-------------|---|
| | Nº | % | |
| Um curso | 20 | 66,7 | 20 |
| Dois cursos | 7 | 23,3 | 14 |
| Três cursos | 3 | 10,0 | 9 |
| Total | 30 | 100 | 43 |

As trinta IES ofereceram 43 cursos em educação especial, sendo que dois terços ofertou apenas um curso e um terço, dois ou três cursos, no ano de 1998.

TABELA 23
Especialização em educação especial
Distribuição regional por tipo de deficiências - 1998

| Região | Âmbito | | | | | | TOTAL |
|--------------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|-----------------------|
| | Geral | DM | DA | DV | DF | Outro | |
| Norte | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Nordeste | 2 | 5 | 4 | 3 | 0 | 0 | 14 |
| Centro-Oeste | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Sudeste | 7 | 1 | 3 | 2 | 1 | 6 | 20 |
| Sul | 4 | 8 | 5 | 4 | 3 | 1 | 25 |
| TOTAL | 17 | 14 | 12 | 9 | 4 | 7 | 63^s |

Com relação à distribuição regional, verifica-se novamente a predominância de incidência nas Regiões Sul (25) e Sudeste (20), com destaque também para o bom número de cursos da Região Nordeste (14). Da mesma forma, foi muito reduzida a quantidade de cursos oferecidos pelas IES das Regiões Norte e Centro-Oeste (2 cada).

O maior número desses cursos dirigiu-se aos PNEEs em geral, sem delimitação desta ou daquela deficiência. Em princípio, isto poderia dar a ideia de que esses cursos já estavam incorporando as perspectivas da educação inclusiva, mas entendemos que outras podem ser as razões para tanto.

^s Esse número é superior ao dos cursos ofertados (43) em razão de muitos deles se dirigirem a mais de um âmbito de deficiência. Na tabulação dos dados consideramos que se o curso fosse genérico para qualquer deficiência, não deveria ser considerado como para esta ou aquela, mesmo que assim fosse respondido. Assim, se um curso foi designado como do âmbito da DM, DA, DV e DF, foi considerado como quatro entradas. Se outro foi designado genericamente para qualquer deficiência, foi considerada apenas essa entrada.

QUADROS
Especialização em educação especial oferecidas por BES
e por região -1998

| Nº | Região | Sigla | Curso |
|-----------|---------------|--------------|--|
| 1 | Norte | UFAC | Educação especial |
| 2 | | UFPA | Educação especial |
| 3 | Nordeste | UEBa | Educação especial |
| 4 | | | Educação especial |
| 5 | | UFAL | Educação especial |
| 6 | | UFPE | Educação especial |
| 7 | | | Educação especial |
| 8 | | UFRN | Educação especial |
| 9 | | UFC | Educação especial |
| 10 | | UFMA | Educação especial |
| 11 | Centro | UFMS | Educação especial - desenvolvimento e aprendizagem |
| 12 | Oeste | | Educação (ênfase em educação especial) |
| 13 | Sudeste | UNESP-Ar | Assistência a criança portadora de PC |
| 14 | | UNICAMP | Educação especial |
| 15 | | | Deficiência visual e surdez - fundamentos para intervenção |
| 16 | | PUCSP | A educação inclusiva na deficiência mental |
| 17 | | UNIMEP | Educação especial |
| 18 | | | Gestão escolar |
| 19 | | PUCCAMP | Educação especial |
| 20 | | UNITAU | Psicopedagogia |
| 21 | | UFRJ | Linguagem e surdez |
| 22 | | UNIRIO | Educação especial |
| 23 | | UFF | Educação especial |
| 24 | | UERJ | Dificuldades de aprendizagem |
| 25 | | | Altas habilidades |
| 26 | | | Deficiência múltipla |
| 27 | | UFU | Ensino especial |
| 28 | | | Educação física e esportes adaptados |
| 29 | | | Prevenção e intervenção psicológica no fracasso escolar |
| 30 | | UFV | Educação (com disciplina de educação especial) |
| 31 | | UFPr | Educação especial |
| 32 | | UEM | Educação especial |
| 33 | | UNICENTRCi | Educação especial |
| 34 | | UNIOESTE | Educação especial |
| 35 | | UEPG | Educação física adaptada |
| 36 | | | Educação especial |

| N° | Região | Sigla | Curso |
|----|--------|-------|--|
| 37 | | UEL | Educação especial |
| 38 | | | Educação física orientada para pessoas deficientes |
| 39 | | Tuiun | Educação especial |
| 40 | | | Educação especial |
| 41 | | | Pedagogia terapêutica |
| 42 | | UFSC | Atividade motora adaptada |
| 43 | | UFSM | Educação especial |

Se cotejarmos esses dados com os do Quadro 5, veremos que, com exceção de algumas poucas universidades de tradição na área (UNICAMP, PUCSP, UNIMEP, UERJ, UFSC e UFSM), a maioria dos cursos era desenvolvida por universidades de menor tradição e que não possuíam cursos de formação de professores de educação especial, bem como em regiões e localidades que não contavam com cursos de formação de professores de educação especial. Nossa hipótese é de que esses cursos estejam suprimindo a falta de professores formados dentro dos parâmetro legais.

Essa hipótese parece se confirmar, ainda mais, pelas temáticas desenvolvidas, quando verificamos, pelo mesmo Quadro, que poucos foram os cursos efetivos de especialização: assistência à criança PC, altas habilidades, deficiências múltiplas, educação física adaptada, etc.

Ainda com relação a esses cursos, vale a pena destacar, por um lado, a existência de algumas inovações, como cursos de educação em geral, incorporando a educação especial (gestão escolar, educação com ênfase na educação especial) e, por outro, lamentar a inclusão de cursos como prevenção psicológica do fracasso escolar, dificuldades de aprendizagem e psicopedagogia no âmbito da educação especial.

Essa "não especialização" fica ainda mais evidente se verificarmos o alunado a que esses cursos se dirigiram (Tabela 24).

TABELA 24
Especialização em educação especial
Alunado-1998

| Alunado | N° | % |
|--------------------------------|------------------------|------------|
| Professor de educação especial | 38 | 27,3 |
| Professor do ensino regular | 39 | 28,1 |
| Especialista educacional | 29 | 20,8 |
| Outros profissionais | 33 | 23,8 |
| Total | 139⁶ | 100 |

O primeiro dado a considerar é a equivalência de cursos oferecidos tanto para professores de educação especial como para professores do ensino regular, o que parece demonstrar que esses cursos tiveram muito menos o caráter de especialização e muito mais o de cursos iniciais para profissionais que não tiveram qualquer formação anterior. Por outro lado, muitos desses cursos congregaram não somente esses professores, mas foram abertos para outros profissionais, como os especialistas em educação e de áreas afins (psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, etc), o que parece confirmar a tese de que a Universidade tem tratado de forma muito precária a especificidade do trabalho docente.

1.2.2. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*

1.2.2.1. Mestrado

Conforme os dados da Tabela 25, vinte e três IES indicaram possuir cursos de mestrado em educação que aceitam alunos interessados em

⁶ Este número é muito maior do que os cursos porque são oferecidos, em geral, para públicos diversificados.

desenvolver dissertações no campo da educação especial, sendo que somente duas delas mantêm mestrado específico em educação especial.

TABELA 25
Mestrado em educação
Inserção da educação especial - 1998

| Tipo | N° | % |
|------------------|-----------|------------|
| Específico em EE | 2 | 3,5 |
| Educação | 21 | 36,2 |
| Não possuem | 35 | 60,3 |
| TOTAL | 58 | 100 |

Os números da Tabela 26 mostram que, dos 21 mestrados em educação, quase dois terços (13) aceitam alunos nas Linhas de Pesquisa por eles mantidas, e cerca de um terço (8) possui Linha de Pesquisa específica em educação especial.

TABELA 26
Mestrado em educação
Tipo de inserção da educação especial - 1998

| Tipo de inserção | N° | % |
|--|-----------|------------|
| Linha de Pesquisa em Educação Especial | 8 | 38,1 |
| Aceita alunos de EE nas Linhas de Pesquisa | 13 | 61,9 |
| TOTAL | 21 | 100 |

Essa parece ser uma situação bem diferente daquela dos cursos de formação de professores de educação especial, em que poucos pareceram integrados à formação geral de professores. No mestrado, a grande maioria

dos programas de educação incorpora os estudos de educação especial, valendo a pena destacar que 7 já possuem Linha de Pesquisa específica.

Quanto à distribuição regional, a situação é a seguinte:

Tabela 27
Mestrado em educação
Distribuição regional das IES que incorporam a educação especial
1998

| Tipo | | | | |
|---------------|-------------------------|--------------------------------|------------------------------|--------------|
| Região | Específico em EE | Linha de Pesquisa em EE | Aceita Projetos de EE | Total |
| Nordeste | | 1 | 2 | 3 |
| Centro-Oeste | | 1 | 1 | 2 |
| Sudeste | 2 | 5 | 6 | 13 |
| Sul | | 1 | 4 | 5 |
| Total | 2 | 8 | 13 | 23 |

A grande concentração, como ocorre nas demais áreas, aconteceu na Região Sudeste, com 56,5% dos cursos, seguida pela Região Sul (21,7%). Os cursos de mestrado que, de alguma forma, incorporavam temas e projetos de educação especial do Nordeste e Centro-Oeste foram em número bastante reduzido e na Região Norte não havia um curso sequer que abrigasse temas de educação especial.

Com relação aos dados do Quadro 6, é importante destacar que das oito universidades que já contavam em seus programas de pós-graduação com linhas de pesquisas específicas em educação especial (UFC, UFMS, UNESP-Marília, USP, USF, UERJ, UFES e UFRGS), duas estavam fora do eixo Sul/Sudeste (UFC e UFMS).

QUADRO 6
Mestrado em educação
Rol das IES que incorporam a educação especial - 1998

| Nº | Região | IES | Inserção | |
|----|----------|------------------|-------------------------------|---------------------|
| 1 | Nordeste | UFPb | Aceita alunos de EE | |
| 2 | | UFRN | Aceita alunos de EE | |
| 3 | | UFC | Linha de Pesquisa | |
| 4 | Centro- | UFMT | Aceita alunos de EE | |
| 5 | Oeste | UFMS | Linha de Pesquisa | |
| 6 | Sudeste | UFSCar | Específico em EE | |
| 7 | | USP | Linha de Pesquisa | |
| 8 | | UNESP-Marília | Linha de Pesquisa | |
| 9 | | UNESP-Araraquara | Aceita alunos de EE | |
| 10 | | UNICAMP | Aceita alunos de EE | |
| 11 | | PUCSP | Aceita alunos de EE | |
| 12 | | UNIMEP | Aceita alunos de EE | |
| 13 | | MACKENZIE | Específico em EE ⁷ | |
| 14 | | USF | Linha de Pesquisa | |
| 15 | | UFF | Aceita alunos de EE | |
| 16 | | UERJ | Linha de Pesquisa | |
| 17 | | UFU | Aceita alunos de EE | |
| 18 | | UFES | Linha de Pesquisa | |
| 19 | | Sul | UFSC | Aceita alunos de EE |
| 20 | | | UFRGS | Linha de Pesquisa |
| 21 | UFMS | | Aceita alunos de EE | |
| 22 | PUCRS | | Aceita alunos de EE | |
| 23 | UNIJUÍ | | Aceita alunos de EE | |

Por outro lado, o fato de três IES da Região Nordeste e duas da Centro-Oeste possuírem linha de pesquisa ou aceitarem alunos interessados na educação especial pode favorecer a intensificação desses estudos junto a outras IES, já que parte de seus egressos são provavelmente professores de ensino superior ou pretendem vir a sê-lo.

⁷ Na verdade, o curso da UFSCar é o único estritamente voltado para a educação especial. O curso do MACKENZIE (Distúrbios do Desenvolvimento), está classificado na CAPES como multidisciplinar, abrangendo temas correlatos à educação especial mas não estritos a ela, mas todas as suas linhas de pesquisa têm como uma de suas vertentes a educação especial razão pela qual foi incluído como específico em educação especial.

1.2.2.2. Doutorado

Eram apenas 10 os cursos de doutorado em educação que aceitavam, de alguma forma, alunos com interesse na educação especial, nenhum deles especificamente voltado à educação especial, tal como ocorreu com os mestrados da UFSCar e do MACKENZIE.

O tipo de inserção da educação especial e a distribuição regional desses cursos estão apresentados na Tabela abaixo:

TABELA 28
Doutorado em educação
Distribuição regional dos que incorporam a educação especial - 1998

| Inserção | | | |
|-----------------|--------------------------|----------------------------|--------------|
| Região | Linha de Pesquisa | Aceita alunos de EE | TOTAL |
| Norte | | | |
| Nordeste | | 1 | 1 |
| Centro-Oeste | | | |
| Sudeste | 2 | 4 | 6 |
| Sul | 1 | 2 | 3 |
| TOTAL | 3 | 7 | 10 |

Todos esses cursos estavam concentrados no eixo Sul/Sudeste, com exceção de um único curso situado na Região Nordeste. Além disso, somente três doutorados mantinham linhas de pesquisa em educação especial, enquanto que 7 aceitavam alunos de educação especial dentro de suas linhas de pesquisa.

A distribuição por IES e região é apresentada no Quadro 7.

QUADRO 7
Doutorado em educação
Tipo de inserção da educação especial por IES e região -1998

| Nº | Região | ES | Inserção |
|----|----------|------------------|---------------------|
| 1 | Nordeste | UFRN | Aceita alunos de EE |
| 2 | Sudeste | USP | Linha de Pesquisa |
| 3 | | UNESP-Marília | Linha de Pesquisa |
| 4 | | UNESP-Araraquara | Aceita alunos de EE |
| 5 | | UNICAMP | Aceita alunos de EE |
| 6 | | PUCSP | Aceita alunos de EE |
| 7 | | UFF | Aceita alunos de EE |
| 8 | | Sul | UFRGS |
| 9 | UFSM | | Aceita alunos de EE |
| 10 | PUCRS | | Aceita alunos de EE |

Aqui, cabe destacar a existência do único curso de doutorado em educação fora do eixo Sul/Sudeste, mantido pela UFRN, que incorporava alunos de educação especial, além do fato de o Estado de São Paulo manter 50% dos cursos de doutorado em educação do País que aceitavam alunos com interesse na educação especial. Por outro lado, dos seis doutorados localizados em IES da Região Sudeste, apenas um (UFF) não se situava no Estado de São Paulo.

Vale a pena, ainda, destacar que os três cursos existentes na Região Sul estavam localizados no Rio Grande do Sul, o que equivale dizer que os Estados do Paraná e de Santa Catarina não possuíam um curso sequer de doutorado em educação que incorporasse alunos interessados no campo da educação especial.

1.3. OS CURSOS DE EXTENSÃO

Embora uma parte dos cursos de extensão possa se confundir com as atividades de extensão da Universidade oferecidas às demais instâncias da sociedades, boa parte deles volta-se, exatamente, ao mesmo público que os cursos de especialização, tendo como diferença básica a sua duração. Assim,

embora estejamos cientes das imbricações entre esses cursos e as atividades extensionistas das IES, vamos tratá-los dentro do âmbito do ensino.

TABELA 29
Cursos de extensão sobre educação especial -1998

| Situação | N° | % |
|-----------------|-----------|------------|
| Oferecem | 31 | 53,4 |
| Não oferecem | 27 | 46,6 |
| Total | 58 | 100 |

Pouco mais da metade das IES pesquisadas ofereciam algum tipo de curso de extensão sobre temas da educação especial, valendo a pena verificar como se deu essa distribuição pelas diferentes regiões, tal como é apresentada na tabela abaixo.

TABELA 30
Cursos de extensão sobre educação especial
Distribuição regional - 1998

| | N° | % |
|--------------|-----------|------------|
| Nordeste | 17 | 27,9 |
| Centro-Oeste | 10 | 16,4 |
| Sudeste | 16 | 26,2 |
| Sul | 18 | 29,5 |
| TOTAL | 61 | 100 |

Verifica-se, aqui, uma maior incidência desses cursos na Região Sul, com a Região Nordeste em segundo lugar. Essa alta incidência nessa Região pode estar significando um aligeiramento da formação/atualização de professores para atuar com alunos deficientes, já que poucas são as IES que mantêm cursos de formação de professores de educação especial ou disciplinas nos cursos de formação de professores do ensino regular. Da mesma forma, a Região Centro-Oeste, embora apresentando número menor que as demais, não apresentou a discrepância verificada nos tópicos anteriores. A Região Norte esteve ausente e, tendo em vista as poucas iniciativas nos tópicos anteriores de IES dessa Região no campo da educação especial, fica patente a precariedade da absorção da educação especial pelo ensino superior da Região.

A Tabela 31 mostra o tipo das deficiências abrangidos pelos cursos de extensão.

TABELA 31
Cursos de extensão sobre educação especial
Tipo de deficiência - 1998

| Âmbito | Nº | % |
|--------|-----------------|------|
| Geral | 21 | 28,4 |
| DM | 13 | 17,6 |
| DA | 14 | 18,9 |
| DV | 12 | 16,2 |
| DF | 7 | 9,45 |
| Outro | 7 | 9,45 |
| Total | 74 ^S | 100 |

⁸ Esse número é maior do que o de cursos de extensão oferecidos porque alguns deles envolvem mais de um âmbito de deficiência.

Com relação ao âmbito das deficiências, os cursos de extensão apresentam distribuição *sui generis*, se comparados aos demais cursos.

Se, por um lado, os cursos sobre educação especial em geral eram os mais incidentes, tal como nos demais, a distribuição entre cursos voltados à deficiência mental, auditiva e visual apresentava-se muito equilibrada, o que pode estar revelando que, nesses cursos, as especificidades de cada deficiência são mais trabalhadas.

A tabela seguinte apresenta a distribuição regional dos tipos de deficiência desses cursos.

TABELA 32
Cursos de extensão sobre educação especial
Distribuição regional por tipo de deficiência - 1998

| | Geral | DM | DA | DV | DF | Outro | Total |
|--------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|--------------|
| Nordeste | 4 | 5 | 4 | 6 | 3 | 3 | 25 |
| Centro-Oeste | 4 | | 1 0 | 1 0 | | 2 | 8 |
| Sudeste | 7 | 4 | 5 | 0 | 0 | 1 | 17 |
| Sul | 6 | 3 | 5 | 5 | 4 | 1 | 24 |
| TOTAL | 21 | 13 | 14 | 12 | 7 | 7 | 74 |

Quanto à distribuição regional, a situação também difere dos demais cursos, pois foi a Região Nordeste (25 cursos), juntamente com a Região Sul (24 cursos), que mais manteve cursos de extensão. É digno de nota também o fato de nenhuma universidade da Região Sudeste, que é aquela que já tem alguma atuação no campo da DF e Dy ter oferecido cursos de extensão nessas áreas, assim como a inexistência de qualquer curso de extensão na Região Norte.

O caráter de mais um recurso para formação/aperfeiçoamento profissional dos cursos de extensão fica mais claro com os dados sobre o alunado:

TABELA 33
Cursos de extensão sobre educação especial
Alunado - 1998

| Alunado | N° | % |
|--------------------------------|------------------------|------------|
| Professor de educação especial | 43 | 24,4 |
| Professor do ensino regular | 42 | 23,9 |
| Especialista educacional | 40 | 22,7 |
| Outros profissionais | 32 | 18,2 |
| Público em geral | 19 | 10,8 |
| Total | 176⁹ | 100 |

Como se pode verificar na Tabela acima, o público privilegiado foi constituído de professores ou especialistas da educação. Registrou-se um número bem menor de outros profissionais. O público em geral, que deveria ser o privilegiado por esse tipo de curso, foi a categoria com menor incidência.

Assim, parece que o caráter de formação inicial ou continuada de profissionais da educação se constituiu na tônica maior dos cursos de extensão oferecidos pelas IES na área da educação especial.

O Quadro 8 apresenta os temas desenvolvidos nestes cursos.

** Esse número é muito maior do que os cursos porque são ofereçados, em geral, para públicos diversificados.*

QUADRO 8

Denominação dos cursos de extensão sobre educação especial 1998

| Nº | Região | Sigla | Curso | |
|----|------------------|---|--|--|
| 1 | Nordeste | UFBa | Oficina de teatro para adolescentes | |
| 2 | | FUNESA | Orientações básicas em educação especial | |
| 3 | | | Prepar. de monitores para regência de classe especial | |
| 4 | | | Orientações básicas em educação especial - Módulo 11 | |
| 5 | | UFSe | Atualização em educação especial | |
| 6 | | UFpb | 0 construtivismo na educação especial | |
| 7 | | | Capacitação de professores em distúrbios da aprendizagem | |
| 8 | | | Capacitação de professores em distúrbios da aprendizagem | |
| 9 | | UFRN | Atualização sobre educação inclusiva | |
| 10 | | | Educação especial: repensando algumas práticas | |
| 11 | | UFC | Métodos e técnicas em educação especial | |
| 12 | | | Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) | |
| 13 | | | Altas habilidades | |
| 14 | | UFMA | A formação de esquemas e a construção de inteligência em PCs | |
| 15 | | | A preparação para o trabalho de PNEE | |
| 16 | | A evolução histórica da educação especial no Brasil | | |
| 17 | UEMA | Oficinas pedagógicas em educação especial | | |
| 18 | Centro- Oeste | UnB | 0 desafio do trabalho com aluno superdotado | |
| 19 | | | Treinamento em equipamentos para atendimento ao DV | |
| 20 | | | Linguagem de sinais - LIBRAS | |
| 21 | | UFMT | A inclusão do PNEE e o ensino regular | |
| 22 | | | Dificuldade de aprendizagem: uma realidade | |
| 23 | | UFMS | Capacitação de professores: didática para PNEE | |
| 24 | | | Atendimento psicopedagógico aos problemas de aprend. | |
| 25 | | | Processo de escolarização de crianças com DM | |
| 26 | | UEMS | 0 trabalho do PNEE na sala de aula | |
| 27 | | | 0 trabalho do PNEE na sala de aula | |
| 28 | | Sudeste | UFSCar | Educação do deficiente mental no ambiente de trabalho |
| 29 | | | | Currículo funcional natural para indivíduos severamente prejudicados |
| 30 | | | USP | Programa de educação continuada (PEC) |
| 31 | | | UNESP-Mar | Capacitação de recursos humanos para classes de DM e DA |
| 32 | | | | Teoria, avaliação e terapia dos distúrbios de leitura e escrita |
| 33 | | | UNESP-Ar | Ritmo fonético no ensino do deficiente auditivo |
| 34 | | | UNICAMP | Capacitação de prof. para integr. escolar de deficientes |
| 35 | | | Aconselhamento em reabilitação vocacional | |

| Nº | Região | Sigla | Curso |
|----|--------|----------|---|
| 36 | | | Escolaridade e a aquisição de linguagem escrita de surdos |
| 37 | | PUCCAMP | A integração do aluno deficiente no ensino regular |
| 38 | | UNITAU | Linguagem de sinais |
| 39 | | UFF | Cidadania e educação do PNEE numa perspectiva integradora |
| 40 | | | Língua de sinais - LIBRAS |
| 41 | | | Brinquedoteca em educação especial |
| 42 | | UCB | Educação especial |
| 43 | | UFES | Educação especial: construção de uma prática com vistas à inclusão |
| 44 | Sul | UFPr | Psicologia e integração do PNEE na escola, na comunidade, no trabalho |
| 45 | | | O aluno com NEE e a universidade |
| 46 | | | Estudos adicionais |
| 47 | | UEM | Encontros de Educação Especial |
| 48 | | | Língua de Sinais - LIBRAS |
| 49 | | | Bilinguismo para Surdos |
| 50 | | UNIOESTE | Leitura e escrita no sistema braille |
| 51 | | | Orientação e mobilidade |
| 52 | | UEPG | Atividade em educação física especial |
| 53 | | UEL | Informática na educação especial |
| 54 | | | Profissionalização do portador de deficiência |
| 55 | | PUCPR | A problemática da deficiência e a educação |
| 56 | | | Como planejar a educação especial |
| 57 | | | Novas perspectivas na educação do DA |
| 58 | | UFSC | Dança para o desenvolvimento de pessoas não visuais |
| 59 | | UFMS | Atualização para professores do ensino regular |
| 60 | | UNIJUÍ | Atualização de professores do ensino regular |
| 61 | | | A integr. do deficiente na sociedade e na escola |

Os temas apresentados no Quadro 8 denotam uma grande dispersão de assuntos, de enfoques e de finalidades, atingindo desde as próprias pessoas deficientes até pais, professores e comunidade, embora demonstrem que a ênfase situava-se na formação continuada do professor, já que 24 desses cursos faziam, de alguma forma, menção a aspectos pedagógicos gerais da educação especial.

Número bem mais reduzido desses cursos se dirigiam a aspectos específicos, como, por exemplo, os dez cursos voltados à deficiência auditiva, Nas demais áreas, essa incidência foi muito baixa: 4 cursos na área da deficiência visual, três na de deficiência mental, dois na de altas habilidade e apenas um na de paralisia cerebral.

Por outro lado, foram considerados pelas IES como do campo da educação especial cinco cursos voltados aos distúrbios ou dificuldades de aprendizagem, apesar da grande polêmica teórica e prática que recai sobre essa categoria.

Quanto às IES, destaca-se o fato de que boa parte das que possuíam maior tradição na área (UFSCar, UNESP-Marília, PUCCAMP, UFSM, USP) ofereceram cursos dessa natureza, o que não ocorreu com os cursos de especialização.

Por outro lado, a oferta desse cursos por IES de pouca tradição na área (FUNESA, UFSe, UFPb, UEMA, UEMS, UCB, UNIOESTE, UEPG, UNLJUÍ) tanto pode significar o início da absorção da educação especial como o do aligeiramento de formação de mão-de-obra para a área.

1.4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES VOLTADAS AO ENSINO

O que se verificou, com relação às ações das Instituições de Ensino Superior no campo do ensino, foi uma grande fragmentação e falta de coordenação em nível nacional.

Os cursos de formação de professores de educação especial foram em número reduzido, com distribuição totalmente desequilibrada pelo País e, mesmo nas regiões mais privilegiadas, insuficientes em relação à demanda estimada.

Essa situação trouxe como decorrência a disseminação de cursos de extensão, atualização e especialização que, em grande parte, parecem atender muito mais à falta de professores habilitados de acordo com as normas em vigor do que a iniciativas de formação continuada.

Por outro lado, embora a legislação em vigor determinasse que a formação de professores de educação especial se efetivasse como habilitação

dos cursos de pedagogia, as IES organizaram cursos de graduação que não seguiram esses moldes (embora em número reduzido) ou procuraram responder à demanda por meio de outras modalidades, como os cursos de especialização, por exemplo. Essa é mais uma demonstração das possibilidades de autonomia da Universidade frente às determinações legais. Isto é, se, em parte, a precariedade da situação da educação especial no Brasil deve ser imputada às políticas advindas dos poderes executivos, as universidades, conscientemente ou não, também contribuíram por não assumirem posição firme frente a essas determinações, quer seja de implementação de iniciativas a elas adequadas, quer de confronto.¹⁰

Pode-se verificar, além disso, que a incorporação de disciplinas de educação especial nos demais cursos de formação de educadores também demonstra uma grande desarticulação, com grande número de cursos de formação de professores polivalentes e de licenciatura sem qualquer disciplina específica nesta área, ou com oferta de disciplinas eletivas que não atingirão a todo o alunado.

Essa situação tem, hoje, um peso maior, na medida em que grande parte dos sistemas de ensino tem incluído, como uma de suas pautas prioritárias de ação, a inclusão de alunos deficientes nas classes regulares de ensino.

Nesse sentido, se é importante que a universidade brasileira contribua com análises críticas sobre políticas de inserção de deficientes no ensino regular, sem qualquer perspectiva de apoio especializado e de acompanhamento efetivo dos seus resultados, o que de fato tem ocorrido por meio de estudos, pesquisas e produção de trabalhos sobre o tema, por outro lado, é dentro do seu próprio seio que as IES poderão tomar iniciativas que se tornem exemplares, como, por exemplo, a formação adequada, no que tange à escolarização de crianças e jovens deficientes, de professores do ensino regular e especialistas educacionais.

iº Vale a pena, a título de ilustração, lembrar que no período que intermedeia a promulgação das Leis federais 5-530 (que reorganizou o ensino superior) e nº 5.692 (que reorganizou o ensino de 1º e 2º graus) e a realização desta pesquisa, foi por meio da resistência das universidades, em especial das universidades públicas e de algumas privadas de larga tradição, que as licenciaturas curtas foram abolidas, embora, durante muito tempo, respaldadas em lei. Cabe perguntar porque o mesmo não aconteceu em relação à formação de professores de educação especial.

A situação da educação especial nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, embora também pouco disseminada pelo País, deve ser encarada de outra forma. Enquanto apenas 23 IES ofereceram 32 cursos de graduação para formação de professores de educação especial, o mesmo número de IES (embora não as mesmas) ofereceu cursos de mestrado que absorveram alunos interessados em temas desta área. Ora, fica claro que, em relação à demanda potencial, a precariedade da primeira (que deveria formar professores especializados para atuar em todo o País) é muito maior do que a segunda, que se volta fundamentalmente para o início de formação dos que pretendem seguir carreira acadêmica ou de atuação mais abrangente dentro dos sistemas de ensino.

Enfim, a situação da educação especial dentro das IES brasileiras parece responder a iniciativas localizadas que, embora expressem preocupação com a melhoria de formação e qualificação, tanto de professores como de especialistas e de acadêmicos, ressentem-se de uma política mais integrada que responda às diferentes demandas nacionais e regionais.

CAPÍTULO 2

AÇÕES VOLTADAS À PESQUISA

Neste capítulo, trataremos das ações das IES brasileiras voltadas às atividades de pesquisa, procurando verificar sua incidência, âmbito de deficiências abrangido, pesquisadores envolvidos e existência ou não de grupos de estudos e pesquisas instituídos. Delimitamos apenas as pesquisas institucionais, envolvendo docentes e discentes, excluindo aqui as pesquisas integrantes dos projetos de mestrado e de doutorado.

2.1. Pesquisas sobre educação especial em desenvolvimento - 1998

Pela Tabela 34 podemos verificar que 24, das 58 IES respondentes, não possuíam qualquer pesquisa envolvendo a educação especial. Por outro lado, a quantidade de IES que já desenvolviam pesquisas em educação especial pode estar refletindo um incremento da área, pois é sabido do pouco espaço que, historicamente, a área teve na universidade brasileira.

TABELA 34
Pesquisa em educação especial
Situação das IES - 1998

| Situação | N° | % |
|---|-----------|------------|
| Desenvolve pesquisas em educação especial | 34 | 58,6 |
| Não desenvolve pesquisas em educação especial | 24 | 41,4 |
| TOTAL | 58 | 100 |

Além disso, vale a pena destacar o fato de que esse número foi mais elevado do que de todos os tópicos analisados em relação às ações voltadas ao ensino.

A quantidade de pesquisas em educação especial desenvolvidas por IES está apresentada na Tabela 35.

TABELA 35
Pesquisa em educação especial
Quantidade por RS - 1998

| Número de pesquisas por IES | Número de IES | % | Número total de pesquisas |
|------------------------------------|----------------------|-------------|----------------------------------|
| 1 | 15 | 45,7 | 15 |
| 2 | 10 | 28,6 | 20 |
| 3 | 04 | 11,4 | 12 |
| 4 | 01 | 2,86 | 04 |
| 11 | 01 | 2,86 | 11 |
| 14 | 01 | 2,86 | 14 |
| 21 | 01 | 2,86 | 21 |
| 30 | 01 | 2,86 | 30 |
| TOTAL | 34 | 100 | 127 |

As 35 IES envolvidas em pesquisas sobre educação especial tinham em andamento, em 1998, 127 investigações, número este só alcançado em razão de 4 IES, que desenvolviam de 11 a 30 investigações em 1998, pois as demais implementaram entre 1 e 4 pesquisas, com 15 delas efetuando apenas uma.

A distribuição regional dessas IES está apresentada na Tabela abaixo.

TABELA 36
Pesquisa em educação especial
Distribuição regional das IES -1998

| Região | Total de BBS | Tem pesquisa | | Não tem | |
|--------------|--------------|--------------|------|---------|------|
| | | Nº | % | Nº | % |
| Norte | 5 | 1 | 20,0 | 4 | 80,0 |
| Nordeste | 13 | 7 | 53,8 | 6 | 46,2 |
| Centro-Oeste | 4 | 3 | 75,0 | 1 | 25,0 |
| Sudeste | 21 | 13 | 61,9 | 8 | 38,1 |
| Sul | 15 | 10 | 66,7 | 5 | 33,3 |
| TOTAL | 58 | 34 | 58,6 | 24 | 41,4 |

Embora houvesse uma maior concentração de IES que desenvolviam pesquisas na Região Sudeste, seguida de perto pela Região Sul, percentualmente as diferenças foram muito pequenas entre as diversas regiões, com exceção da Região Norte, valendo a pena enfatizar que a Região Nordeste foi a que apresentou maior índice proporcional de IES que desenvolviam pesquisas em educação especial em 1998. É importante frisar também que a Região Sudeste, proporcionalmente, teve índices pouco superiores aos da Região Centro-Oeste e iguais aos da Região Sul. Pode-se portanto confirmar que a maior projeção da Região Sudeste não se deveu pelo fato de que as IES aí localizadas dessem maior ênfase à educação especial, mas o maior volume de IES que desenvolviam pesquisas ocorreu porque é nesta região que se concentra o maior número de IES do Brasil.

Com relação à distribuição regional da quantidade de pesquisas por IES (Tabela 37), verifica-se que a diferença entre a Região Sudeste e as demais foi muito grande, com o dobro de média de pesquisas por IES sobre a Região Sul, a segunda em incidência de pesquisas.

TABELA 37
Pesquisa em educação especial
Distribuição regional da quantidade de pesquisas por IES 1998

| Região | N° de IES | N° de Pesquisas | Média por IES |
|---------------|------------------|------------------------|----------------------|
| Norte | 1 | 1 | 1,0 |
| Nordeste | 7 | 11 | 1,6 |
| Centro-Oeste | 3 | 7 | 2,3 |
| Sudeste | 13 | 79 | 6,1 |
| Sul | 10 | 29 | 2,9 |
| Total | 34 | 127 | 3,7 |

Além desse fato, verifica-se que, embora a média de pesquisas por IES da Região Centro-Oeste fosse maior do que a da Nordeste, nesta última o número de IES e de pesquisas foi superior ao da primeira. Como sempre, a participação das IES da Região Norte foi reduzidíssima.

Com relação ao tipo de deficiência dos projetos de pesquisa em desenvolvimento nas IES, no ano de 1998, a situação era a seguinte:

TABELA 38
Pesquisa em educação especial
Distribuição regional por tipo de deficiência - 1998

| | Geral | DM | DA | DV | DF | AH | Velhice | Outros | Total |
|--------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------|---------------|--------------|
| Norte | 1 | | | | | | | | 01 |
| Nordeste | 9 | 1 | | | | 1 | | | 11 |
| Centro-Oeste | 5 | 1 | | | | | | 1 | 07 |
| Sudeste | 51 | 7 | 6 | 4 | 4 | 1 | 4 | 2 | 79 |
| Sul | 17 | 3 | 6 | 1 | 1 | | | 1 | 29 |
| Total | 83 | 12 | 12 | 5 | 5 | 2 | 4 | 4 | 127 |

O que impressiona, em primeiro lugar, foi o baixíssimo número de pesquisas voltadas às diferentes deficiências, ainda mais se levarmos em conta que as alterações geradas por cada uma delas geram problemas socioeducacionais diferentes, embora existam aspectos em comum, como a discriminação, o preconceito e a segregação que se abate sobre todos. Nesse sentido, pode-se considerar que, no campo da pesquisa, pouco tem se voltado para investigações que tenham por objetivo contribuir para a descoberta de dificuldades específicas que cada deficiência acarreta. Assim, verifica-se que 83 (ou seja, 65,3%) não especificaram a que deficiência se dirigiam.

Outro aspecto que chama a atenção foram quatro pesquisas que tinham por objeto a velhice que, embora considerada por alguns autores (como, por exemplo Telford, 1975) como fazendo parte das excepcionalidades (terminologia utilizada na época), tem sido muito contestada. Mesmo assim, o número de pesquisas sobre esse tema foi ligeiramente inferior a pesquisas voltadas para a deficiência visual e física e mais aquinhoada que as altas habilidades, estas três, sim, consideradas por qualquer estudioso e pelos documentos legais como integrantes da educação especial.

Vale a pena ainda observar que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não existia uma pesquisa sequer voltada para as deficiências auditiva, visual e física.

A distribuição das pesquisas pelas IES, bem como o número de pesquisadores envolvidos em cada uma delas estão na Tabela 39.

Quanto ao número de pesquisadores envolvidos nesses projetos, os dados desta tabela precisam ser incorporados com muito cuidado, pois o seu total corresponde a pesquisadores por pesquisa. Como muitos pesquisadores se incorporam a mais de um projeto de pesquisa, temos que ter claro que, tanto do ponto de vista global como de cada IES, este número não corresponde aos pesquisadores disponíveis, mas à participação em cada projeto. Como nem todas as IES definiram claramente quais pesquisadores estavam envolvidos em cada pesquisa, não há como verificar esse dado.

Se a média geral pode parecer satisfatória (2,9 por projeto), uma análise mais cuidadosa dos dados particulares nos mostra que essa média é enganosa, pois corresponde a uma variação de 1 pesquisador a 130 por IES. Impressiona, também, a média de pesquisadores envolvidos nas pesquisas desenvolvidas na UERJ E UFSCar. É de conhecimento da área que essas duas IES desenvolvem trabalho intenso sobre educação especial, a primeira com uma linha de pesquisa de longa data e a segunda por se constituir em um dos dois únicos programas

de pós-graduação especificamente voltados para a educação especial, mas como não contavam em seus quadros com esse número de pesquisadores, pode-se concluir que muitos deles participaram em mais de uma pesquisa.

TABELA 39
Pesquisa em educação especial
Número de pesquisadores envolvidos - 1998

| Nº | IES | Nº de Pesquisas | Nº de Pesquisadores | Média |
|----|-----------|-----------------|---------------------|-------|
| 1 | UFRo | 1 | 4 | 4 |
| 2 | UFBa | 1 | 1 | 1 |
| 3 | UEBa | 1 | 3 | 3 |
| 4 | FUNESA | 1 | 2 | 2 |
| 5 | UFSe | 2 | 4 | 2 |
| 6 | UFPE | 1 | 1 | 1 |
| 7 | UFRN | 3 | 16 | 5,3 |
| 8 | UFC | 2 | 4 | 2 |
| 9 | UnB | 2 | 8 | 4 |
| 10 | UFMT | 2 | 2 | 1 |
| 11 | UFMS | 3 | 3 | 1 |
| 12 | UFSCar | 30 | 130 | 4,3 |
| 13 | USP | | 3 | 3 |
| 14 | UNESP-Mar | | 24 | 1,1 |
| 15 | UNESP-Ar | | 3 | 0,75 |
| 16 | PUCSP | | 4 | 4 |
| 17 | MACKENZIE | | 4 | 4 |
| 18 | UNIMEP | | 9 | 3 |
| 19 | USF | | 3 | 3 |
| 20 | UFRJ | | 5 | 5 |
| 21 | UFF | | 2 | 2 |
| 22 | UERJ | | 78 | 7,1 |

| N° | BES | N° de Pesquisas | N° de Resqirisadores | Média |
|--------------|------------|------------------------|-----------------------------|--------------|
| 23 | UFU | 2 | 4 | 2 |
| 24 | UFES | 2 | 4 | 2 |
| 25 | UFPr | 2 | 7 | 3,5 |
| 26 | UEM | 2 | 4 | 2 |
| 27 | UNICENTRO | 2 | 2 | 1 |
| 28 | UNIOESTE | 1 | 5 | 5 |
| 29 | UEPG | 1 | 1 | 1 |
| 30 | UEL | 2 | 5 | 2,5 |
| 31 | TUIUTI | 1 | 4 | 4 |
| 32 | UFSC | 3 | 8 | 2,7 |
| 33 | UFRGS | 1 | 2 | 2 |
| 34 | UFSM | 14 | 14 | 1 |
| Total | | 127 | 369 | 2,9 |

Os títulos dessas pesquisas estão dispostos no Quadro 9.

QUADRO 9
Pesquisa em educação especial
Rol das pesquisas desenvolvidas pelas IES -1998

| Nº | Região | IES | Inserção |
|----|--------------|--------|--|
| 1 | Norte | UFRO | Integração dos PNEEs nas escolas públicas de Porto Velho |
| 2 | Nordeste | UFA | 0 teatro na educação especial |
| 3 | | UEBa | Identificação e caracterização do atendimento em educação especial em Salvador |
| 4 | | FUNESA | Atendimento dos PNEEs em Arapiraca |
| 5 | | UFSe | A identidade do professor na perspectiva da psicopedagogia |
| 6 | | | A inclusão do aluno PNEE no ensino regular |
| 7 | | UFPE | Educação especial e informática |
| 8 | | UFRN | Crianças com NEE na classe regular: como são aceitas |
| 9 | | | Apoio à integração escola de PNEE |
| 10 | | | Perfil da família e do portador da síndrome de Down |
| 11 | | UFC | Avaliação e intervenção em classes especiais |
| 12 | | | Proposta de identificação do aluno talentoso em Fortaleza |
| 13 | Centro-Oeste | UnB | Banco de Dados - Informática |
| 14 | | | Projeto Hércules - Softwares para problemas de aprendizagem |
| 15 | | UFMT | PNEE na UFMT |
| 16 | | | Diagnóstico: PNEE no Estado do Mato Grosso |
| 17 | | UFMS | Estudo sobre o diagnóstico psicológico |
| 18 | | | A construção da identidade do aluno portador de deficiência |
| 19 | | | Aspectos da constituição da subjetividade em DM |
| 20 | Sudeste | UFSCar | Linguagem e equivalência de estímulos |
| 21 | | | Estímulos e aplicação ao ensino de leitura, escrita e matemática |
| 22 | | | Iniciação à leitura para escolares de risco: construção de currículo |
| 23 | | | Avaliação do "Programa de Recuperação de Leitura - RRR" |
| 24 | | | A profissionalização de DM: estudos exploratórios |
| 25 | | | Currículo funcional para adolescentes e adultos DM |
| 26 | | | Procedimentos para intervenção em educação especial: DF, DA, DV |
| 27 | | | Inclusão/integração/exclusão do deficiente |
| 28 | | | A comunicação dos PNEEs: investigação avaliativa e de intervenção |
| 29 | | | A avaliação de programas e serviços de ensino especial |
| 30 | | | Capacitação de pais de indivíduos PNEEs |

| Nº | Região | EES | Inserção |
|----|--------|-----------|---|
| 31 | | | Controle de comportamentos aberrantes em treinamento profissional para DM |
| 32 | | | Desenvolvimento de programas de ensino para PNEE |
| 33 | | | Estimulação precoce em bebês com anorexia perinatal |
| 34 | | | Programa de desenvolvimento interpessoal profissional para professores (PRODIP) |
| 35 | | | Habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem: estudos de avaliação |
| 36 | | | A integração de PNEE em classes regulares |
| 37 | | | Professor e aluno: a construção de regras em sala de aula |
| 38 | | | Capacitação de professores para planejar e avaliar o ensino |
| 39 | | | Programa de atendimento a crianças institucionalizadas e semi-institucionalizadas |
| 40 | | | Acompanhamento do desenvolvimento humano e prevenção de deficiências |
| 41 | | | Erros inatos de metabolismo e estudo de cariótipos em DM |
| 42 | | | Avaliação de proposta de prevenção de deficiência em nível municipal |
| 43 | | | Avaliação de programa de saúde para a prevenção de deficiências |
| 44 | | | Análise da pós-graduação em educação especial: situação dos egressos |
| 45 | | | Análise das políticas públicas em educação especial |
| 46 | | | Tecnologia educacional nas áreas de aprendizagem e desenvolvimento humano |
| 47 | | | Análise de programa de ensino e intervenção em instituições públicas |
| 48 | | | Iniciação à pesquisa em educação especial |
| 49 | | | Empowerment: alternativa metodológica para desenvolvimento de PNEEs |
| 50 | | USP | Formação contínua - escola inclusiva |
| 51 | | UNESP-Mar | Educação especial: a visão do pedagogo e do aluno especial |
| 52 | | | Desenvolvimento do discurso narrativo em crianças DF |
| 53 | | | Percepção e discriminação visual da criança surda |
| 54 | | | Comunicação alternativa: atualização do PCS com crianças PCs |
| 55 | | | Reflexões sobre teoria-prática em educação e educação especial |
| 56 | | | Formas de raciocínio utilizadas por alunos DM |
| 57 | | | Integração educacional do deficiente visual |
| 58 | | | Estudo da postura sentada de indivíduos com PC espástica |

| Nº | Região | TES | Inserção |
|----|--------|-----------|--|
| 59 | | | Programa de preparação para o trabalho junto a classes de educação especial |
| 60 | | | A educação artística na educação dos alunos com DA |
| 61 | | | Políticas e deficiência visual: a voz dos sujeitos envolvidos |
| 62 | | | Implantação de currículo funcional natural em classes especiais |
| 63 | | | Recursos especiais de ensino: adaptações para deficientes físicos |
| 64 | | | Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo de alunos surdos |
| 65 | | | Estudo da eficácia do psicodrama pedagógico em classes especiais |
| 66 | | | Família de deficiente: análise de estudos relatados em dissertações e teses |
| 67 | | | A orientação na formação de mestres e doutores em educação |
| 68 | | | Estereótipo a respeito de pessoas idosas |
| 69 | | | Autoestima de alunos da Universidade da Terceira Idade |
| 70 | | | Caracterização histórica da clientela no Centro de Orientação Educacional |
| 71 | | | Integração do aluno deficiente na escola: a visão dos pais de alunos |
| 72 | | UNESP-Ar | Programa de atendimento à pessoa com DV |
| 73 | | | Crianças com atraso de desenvolvimento.: estimulação infantil e educação de pais |
| 74 | | | Programa de apoio às classes especiais de DA |
| 75 | | | Ensino cooperativo na aprendizagem da leitura e escrita numa classe especial de DM |
| 76 | | PUCSP | A produção, pela escola, do suporte teórico para o trabalho pedagógico |
| 77 | | MACKENZIE | Atlas sobre a deficiência mental |
| 78 | | UNIMEP | Análise crítica das teses e dissertações sobre educação especial |
| 79 | | | A construção da subjetividade em crianças surdas |
| 80 | | | Processos dialógicos na relação entre aluno surdo e educador ouvinte |
| 81 | | USF | Condições de atendimento de PNEE como expressão de políticas sociais |
| 82 | | UFRJ | Elaboração de material didático bilingue para crianças surdas |
| 83 | | UFF | Classe hospitalar e processo de escolarização |
| 84 | | UERJ | A formação de educadores na perspectiva da educação inclusiva |
| 85 | | | Aprender fazendo arte |
| 86 | | | Atendimento alternativo a sujeitos com altas habilidades |

| N° | Região | BB | Inserção |
|------------|---------------|-----------|--|
| 87 | | | Autocontrole para crianças envolvidas em atos de indisciplina |
| 88 | | | Educação do idoso cidadão |
| 89 | | | Ensinar a pensar: uma metodologia lógico-criativa |
| 90 | | | Idosos em movimento: mantendo a autonomia |
| 91 | | | Análise da produção discente em educação especial |
| 92 | | | Procedimentos do ensino incidental para desenvolvimento de comunicação alternativa |
| 93 | | | Programa educacional de prevenção de acidentes na infância |
| 94 | | | Visão dos profissionais de educação especial sobre deficientes |
| 95 | | UFU | Intervenção precoce |
| 96 | | | Educação igual em escolas para desiguais |
| 97 | | UFES | A produção científica do Núcleo de Educação Especial |
| 98 | | | Informática aplicada à educação |
| 99 | Sul | UFPr | Psicologia escolar e intervenção psicopedagógica |
| 100 | | | Ingresso, acesso e permanência do aluno com NEE na UFPr |
| 101 | | UEM | Adaptação de Laboratórios Físicos às salas de DA |
| 102 | | | Ensino de física para deficientes visuais |
| 103 | | UNICENTRO | Processos operatórios e o conceito de número em alunos DM |
| 104 | | | Deficiência auditiva: implicações educacionais e psicológicas |
| 105 | | UNIOESTE | Educação e movimentos sociais: estudo das associações de pessoas deficientes |
| 106 | | UEPG | A construção da identidade do DA através da escrita |
| 107 | | UEL | O trabalho para o portador de deficiência mental na UEL |
| 108 | | | Formação continuada de professores de Londrina e Maringá |
| 109 | | TUIUTI | Avaliação e intervenção clínica interdisciplinar |
| 110 | | UFSC | O professor face à integração da criança PNEE |
| 111 | | | Oficina de formação ocupacional em atividades artísticas e de lazer |
| 112 | | | O estilo de vida dos portadores de Síndrome de Down em S. Catarina |
| 113 | | UFRGS | Atitudes de professores frente à integração |
| 114 | | UFSM | Estudo de texto em língua brasileira de sinais |
| 115 | | | Autismo em S.Maria: da identificação ao atendimento escolar |
| 116 | | | A estrutura socioafetiva e a aprendizagem |
| 117 | | | As crianças PNEE (surdas e PCs) e suas díadas |
| 118 | | | A equipe de enfermagem frente a PNEE |
| 119 | | | Aprendizagem da língua portuguesa por alunos surdos |
| 120 | | | Notícias de contar e aprender na pré-escola |
| 121 | | | A influência da figura paterna na construção da autoestima de PNEE |

| Nº | Região | IES | Inserção |
|------------|--------|-----|---|
| 122 | | | Sexualidade e deficiência: uma questão de educação |
| 123 | | | Intervenção dos pais no desenvolvimento psicomotor da criança pré-escolar |
| 124 | | | A dinâmica da sala de aula: elementos para formação do professor |
| 125 | | | Desnutrição e aprendizagem |
| 126 | | | Stress em professores frente à proposta da escola inclusiva |
| 127 | | | A educação especial e artes no desenvolvimento competências intelectuais |

O que se pode notar, em primeiro lugar, é a grande dispersão de temas, assim como a concentração das preocupações com a educação especial como um todo e um enfoque bem secundarizado sobre as diferentes deficiências.

Essa dispersão pode estar acarretando tanto falta de acúmulo quanto estudos reiterativos. E o caso, por exemplo, das pesquisas voltadas a análises de processos de inclusão/integração de alunos deficientes no ensino regular. Verifica-se, pelo títulos, que a grande maioria se volta a análises abrangentes do problema (ver pesquisas da UFRo, UFSe, UFRN, UFSCar - esta com duas pesquisas sobre o tema, UNESP-Mar, UFSC e UFRGS), o que, dada a falta de integração entre as IES, deve estar gerando produção pouco integrada e, talvez, reiterativa sobre o tema.

As quatro IES que apresentaram maior produção foram a UFSCar (30 pesquisas), a UNESP-Marília (21 pesquisas), a UFSM (14 pesquisas) e a UERJ (11 pesquisas).

Além dessas vale a pena ressaltar a produção da UNESP-Araraquara (4 pesquisas), UNIMEP (3 pesquisas) e UFSC (3 pesquisas), IES com tradição na área da educação especial, ao lado da UFRN (3 pesquisas) e UFMS (3 pesquisas), que possuem menor tradição nessa área.

As demais pesquisas se distribuíram de forma relativamente equilibrada entre as demais IES.

Se agruparmos as pesquisas segundo seus temas específicos o resultado é o que está apresentado na Tabela 40.

TABELA 40
Pequisa em educação especial
Temas específicos das pesquisas -1998

| Temas das pesquisas | Quantidade |
|---------------------------------|-------------------|
| Processo pedagógico | 38 |
| Diagnóstico/Caracterização | 21 |
| Políticas de atendimento | 13 |
| Inclusão/Integração | 11 |
| Docência | 10 |
| Pesquisa em educação especial | 6 |
| Idoso | 5 |
| Deficiência e família | 5 |
| Surdez e linguagem | 4 |
| Educação especial e informática | 4 |
| Prevenção da deficiência | 4 |
| PNEE na Universidade | 2 |
| Trabalho | 1 |
| Outros | 3 |
| TOTAL | 127 |

O tema mais incidente foi o que se refere a processos pedagógicos especiais para PNEEs, englobando intervenções junto a escolas, investigações sobre componentes escolares (alfabetização, ensino de matemática, etc), e outros, cujo número foi praticamente o dobro do segundo tema, diagnóstico/ caracterização. Atrás desses aparece um grupo intermediário, com uma incidência entre 10 e 13 pesquisas, envolvendo investigações sobre políticas

de atendimento a PNEEs, análise de processos de inclusão de PNEEs no ensino regular e investigações sobre formação e trabalho docente.

Abaixo, veio uma série de temas, entre 6 e 3 pesquisas em desenvolvimento, englobando investigações sobre a produção científica em educação especial, a relação deficiência e família, a questão da linguagem dos surdos, o uso da informática na educação especial, prevenção das deficiências, levantamento da situação de alunos deficientes nas próprias IES e velhice. É importante frisar que este último tema teve mais investigações do que a relação entre trabalho e deficiência, objeto de uma pesquisa somente em desenvolvimento em 1998.

2.2. Grupos de pesquisa em educação especial

Os dados sobre os grupos institucionais que se dedicavam a estudos e pesquisas sobre educação especial, em 1998, estão apresentados nas Tabelas 41 a 44.

TABELA 41
Grupos de estudos e pesquisas em educação especial 1998

| Situação | Nº | % |
|------------|----|------|
| Mantêm | 28 | 48,3 |
| Não mantêm | 30 | 51,7 |
| Total | 58 | 100 |

Pouco menos da metade das IES mantinham grupos de estudos e pesquisas instituídos, número inferior às IES que desenvolviam pesquisas na área (35), o que pode estar refletindo o fato de que as pesquisas tinham a ver muito mais com o interesse de alguns acadêmicos e menos com uma política mais integrada da área.

A quantidade de grupos por IES está apresentada na Tabela 42.

TABELA 42
Grupos de estudos e pesquisas em educação especial
Quantidade de grupos por IES - 1998

| Numero de grupos por IES | Número de IES | % | Número total de grupos |
|---------------------------------|----------------------|----------|-------------------------------|
| 1 | 21 | 75,0 | 21 |
| 2 | 2 | 7,15 | 4 |
| 3 | 3 | 10,7 | 9 |
| 4 | 2 | 7,15 | 8 |
| TOTAL | 28 | 100 | 42 |

Foram 42 grupos de estudos e pesquisas, distribuídos por 28 IES, valendo ressaltar que duas IES mantinham a expressiva quantidade de 4 grupos de estudos e pesquisas, e de 3 IES que mantiveram 3 grupos cada.

TABELA 43
Grupos de estudos e pesquisas em educação especial
Distribuição por tipo de deficiência - 1998

| Grupos por IES | Tipo de deficiência | | | | | | TOTAL |
|-----------------------|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|-----------------|
| | Geral | EM | DA | DV | DF | Outro | |
| Um Grupo | 22 | 2 | 4 | 2 | 2 | 2 | 34 |
| Dois Grupos | 5 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 10 |
| Três Grupos | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 7 |
| Quatro Grupos | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Total | 29 | 4 | 8 | 3 | 2 | 8 | 54 ¹ |

¹ A quantidade aqui é maior do que a dos grupos porque alguns deles se dedicam a estudos específicos sobre mais de uma deficiência.

Quanto ao tipo de deficiências, verifica-se que a maioria dos grupos instituídos dirigia-se à educação especial como um todo (29, ou seja, 53,7%). Além disso, é interessante verificar que a maior incidência de grupos sobre determinada deficiência recaía sobre a deficiência auditiva, com a deficiência mental (âmbito sempre considerado como o mais consagrado na educação especial) sendo objeto de interesse de metade desse número e apenas ligeiramente superior ao número de grupos de estudos sobre deficiência visual e física.

O elevado número de grupos que se dedicavam a estudos e pesquisas sobre a educação especial em geral pode ser apontado, por um lado, como uma certa tendência a não se confinar esses grupos às especificidades das deficiências e, por outro, o baixo número de pesquisas dedicadas a cada uma delas mostra que essas especificidades estão muito pouco aquinhoadas pela investigação no Brasil.

A distribuição regional desses grupos está apresentada na Tabela 44.

TABELA 44
Grupos de estudos e pesquisas em Educação Especial
Distribuição Regional - 1998

| Região | Nº | % |
|---------------|-----------|------------|
| Norte | 1 | 2,4 |
| Nordeste | 9 | 21,4 |
| Centro-Oeste | 2 | 4,8 |
| Sudeste | 21 | 50,0 |
| Sul | 9 | 21,4 |
| Total | 42 | 100 |

A Região Sudeste abrangia metade dos grupos de pesquisa sobre educação especial, com as Regiões Nordeste e Sul em segundo lugar. Assim

como no t3pico anterior, as Regi3es Norte e Centro-Oeste contavam com reduzido n3mero de grupos de estudos e pesquisas.

Os grupos de estudos e pesquisas em funcionamento nas diferentes IES est3o apresentados no Quadro 11.

QUADRO 10
Denomina33o dos grupos de estudos e pesquisas em
educa33o especial -1998

| N3o | Regi3o | IES | T3tulo |
|-----|----------|-----------|---|
| 1 | Norte | UNITINS | Projeto Pro-Leitura |
| 2 | Nordeste | FUNESA | Grupo de Estudo em Educa33o Especial |
| 3 | | | Estudo de A33es de Assist3ncia Social |
| 4 | | | Banco de Refer3ncia para A33es na Universidade |
| 5 | | UFSe | N3cleo de Educa33o Especial |
| 6 | | UFPb | N3cleo de Educa33o Especial |
| 7 | | UEPB | N3cleo de Educa33o Especial |
| 8 | | UFRN | Base de Estudos e Pesquisas em Educa33o de PNEE |
| 9 | | UFC | N3cleo de Educa33o Especial |
| 10 | | UEMA | Estudos Eiversos sobre Educa33o Especial |
| 11 | Centro- | UnB | Superdota33o |
| 12 | Oeste | UFMS | Comiss3o de Educa33o Especial |
| 13 | Sudeste | UFSCar | Laborat3rio de Educa33o Especial |
| 14 | | | Laborat3rio de Estudos do Comportamento Humano-LECH |
| 15 | | | Laborat3rio de Intera33o Social |
| 16 | | | Laborat3rio de Curr3culo Funcional |
| 17 | | UNESP-Mar | Defici3ncias F3sicas e Sensoriais |
| 18 | | | Diferen3a Desvio Estigma |
| 19 | | | Preven33o, Avalia33o e Reabilita33o dos Dist3rbios da Comunica33o |
| 20 | | | Prev., Detec33o e Interven33o Precoce na Defici3ncia Auditiva |
| 21 | | UNESP-Ar | Grupo de Estudos sobre Defici3ncia Auditiva |
| 22 | | UNICAMP | N3cleo de Educa33o Especial |
| 23 | | PUCSP | Institui33o Escolar e Pr3tica Pedag3gica |
| 24 | | | Educa33o e Qualifica33o Profissional ² |

³ Estes dois grupos, embora n3o fossem especificamente voltados 3 educa33o especial, envolviam a 3rea em suas pesquisas.

| Nº | Região | IES | Inserção |
|----|--------|-----------|---|
| 25 | | | Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - DERDIC |
| 26 | | PUCAMP | Núcleo Interdisciplinar para Estudos em Educação Especial |
| 27 | | | Grupo de Trabalho em Educação Especial |
| 28 | | MACKENZIE | Grupo de Estudo sobre Documentos Internacionais Sobre as Minorias |
| 29 | | | Fórum Permanente de Estudos de Caso |
| 30 | | | Laboratório de Neuropsiquiatria |
| 31 | | USF | Núcleo de Estudos Avançados em Educação Especial |
| 32 | | UNIRIO | Comissão de Políticas de Educação Especial da UNIRIO |
| 33 | | UFES | Núcleo de Ensino Pesquisa Extensão em Educação Especial |
| 34 | Sul | UFPr | Grupo de Trabalho sobre PNEE |
| 35 | | UNIOESTE | Programa Institucional de Ações Relativas a PNEE |
| 36 | | UEPG | Centro de Apoio ao Deficiente - CAD |
| 37 | | UEL | Estudos Multidisciplinares em Educação Especial |
| 38 | | UFSC | Núcleo de Investigação do Desenvol. Humano - NUCLEIND |
| 39 | | | Núcleo Desenvolver |
| 40 | | UFMS | Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Especial - NEEPEs |
| 41 | | UFPeI | Grupo de Estudos em Educação Especial - GEEDe |
| 42 | | UNIJUÍ | Comissão de Educação Especial |

Nota-se, em primeiro lugar que um número expressivo de IES com pouca tradição na educação especial mantinha grupos de estudos, de pesquisas, núcleos e comissões de educação especial: FUNESA, UFSe, UFPb, UEPB, UEMA, UNITINS, USE UNIOESTE, UEPG, UFPeI e UNIJUÍ, a maior parte deles organizada por meio de Núcleos e Comissões de Educação Especial, o que parece denotar uma perspectiva de absorção inicial da área como objeto de interesse institucional.

O segundo aspecto a ser destacado é que aqui não se vê a grande discrepância em termos de incidência notada nas pesquisas. Embora a UFSCar e a UNESP-Marília também apresentassem número elevado de grupos, a UFMS mantinha apenas um e a UERJ nenhum. Em contrapartida, universidades de tradição na área, como a PUCSP, a PUCAMP, o MACKENZIE e a UFSC mantinham mais de um grupo de pesquisa. Vale ainda destacar a presença da FUNESA, sem qualquer tradição e que, em 1998, mantinha três grupos de estudos em educação especial, bem como da UNITINS, que praticamente não aparece nas demais ações.

O importante aqui é destacar que parece estar havendo crescimento do interesse institucional sobre a educação especial, com a criação de muitos núcleos e grupos de estudos, de pesquisa e de intervenção, o que pode se constituir em novo patamar da absorção da educação especial pelo ensino superior brasileiro.

2.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES VOLTADAS À PESQUISA

No tocante ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, a situação da educação especial nas IES brasileiras, embora também incipiente e desarticulada, parece ser melhor do que a situação verificada nas ações voltadas ao ensino.

Em primeiro lugar, trinta e cinco IES indicaram que desenvolviam pesquisas na área, contra vinte e três que declararam manter cursos de formação de professores. Essa situação parece revelar um paradoxo: embora desenvolvessem pesquisas na área da educação especial, estas parecem não ter se revertido em benefício do ensino ministrado.

Além disso, essas trinta e cinco IES indicaram desenvolver 128 projetos de pesquisas institucionais, o que dá uma média de 3,7 pesquisas por instituição, número relativamente elevado, se levarmos em conta os níveis de produção científica do País na área da educação.

Entretanto, essa média só foi alcançada porque quatro IES (UFSCar - 30 projetos de pesquisa; UNESP-Marília - 21 projetos de pesquisa; UFSM - 14 projetos de pesquisa; UERJ - 11 projetos de pesquisa) apresentaram índices elevadíssimos. Se retirássemos estas quatro IES do cômputo, teríamos 52 pesquisas desenvolvidas por 32 IES. Mesmo assim, teríamos uma média de 1,6 pesquisas por IES, média esta que, de qualquer forma, não pode ser considerada baixa dentro da produção nacional.

Se o número de pesquisas desenvolvidas pode ser considerado satisfatório dentro dos padrões nacionais, o rol dos âmbitos de deficiência e de temáticas demonstram uma grande dispersão, o que, em tese, deve resultar em pouco acúmulo e, conseqüentemente, pode estar gerando trajetórias reiterativas que pouco contribuem para o avanço científico da área. Isso pode ser ainda melhor verificado nas três IES apontadas acima, que reúnem altos índices de produção de pesquisas.

Quanto à distribuição dessas pesquisas pelas diversas regiões do País, verifica-se razoável equilíbrio entre as mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) e o Nordeste, que já contava com sete IES que desenvolviam onze investigações na área da educação especial, contra 10 IES da Região Sul, que desenvolviam 30, sendo que 14 dessas últimas desenvolvidas por uma única IES (UFSM). Da mesma forma, três IES da Região Centro-Oeste já desenvolviam sete pesquisas na área.

A grande média da Região Sudeste (5,6 por IES) só foi alcançada porque a UFSCar, a UNESP-Marília e a UERJ desenvolviam 62 pesquisas. Se retirássemos essas três IES do cômputo dessa Região, teríamos 17 investigações desenvolvidas por 12 IES, que redundaria em 1,4 pesquisas por instituição, marca superior somente à da Região Norte.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a distribuição das pesquisas na área da educação especial pelo País é relativamente equilibrada, com destaque para essas quatro Instituições, responsáveis por cerca de 60% de toda a produção nacional.

Além das pesquisas institucionais desenvolvidas, vinte e oito IES contaram com grupos de estudos e pesquisas, contra 35 que desenvolviam algum tipo de pesquisa, o que parece demonstrar que as investigações encetadas foram, em parte, fruto do interesse individual maior do que decorrência de trajetórias de grupos de investigadores.

Estas 35 IES congregavam 42 grupos de estudos e pesquisas, sendo metade deles situados na Região Sudeste, fato que contrasta com o relativo equilíbrio de distribuição das pesquisas apontadas acima.

Destes 42 grupos, 22, ou seja, mais da metade, tinham por natureza congregar interessados para discussões e estudos sobre a educação especial em geral, o que parece denotar o caráter inicial de sua configuração.

Assim, o que se verifica no tocante à pesquisa sobre educação especial é que ela parece ser muito mais aquinhoadada que o ensino, embora apresente indícios de fragmentação e de pouca integração.

Por outro lado, parece não haver uma iniciativa mais sedimentada de interrelação entre essas diferentes IES no sentido da troca de informações, de colaboração acadêmica e, principalmente, do estabelecimento de princípios e procedimentos que possibilitem uma produção menos desarticulada que produza, em última instância, um acúmulo mais denso das mais variadas investigações.

CAPÍTULO 3

AÇÕES VOLTADAS À EXTENSÃO

A terceira frente que investigamos diz respeito às ações encetadas pelas IES no que diz respeito aos serviços de extensão no campo da educação especial, privilegiando aquelas voltadas fundamentalmente aos órgãos públicos e às instituições da sociedade civil, além de iniciativas próprias das IES voltadas diretamente às pessoas deficientes.

A razão principal que nos fez privilegiar esses três âmbitos foi a da constatação de que a quase totalidade de atendimentos no campo da educação especial se faz por meio dos sistemas públicos de ensino, quer seja por meio de classes especiais ou pela inclusão de PNEEs no ensino regular, ou, então, por organizações não-governamentais, em especial, por instituições especiais¹.

Por outro lado, é conhecida uma série de iniciativas das próprias instituições de ensino superior no tocante ao atendimento da população portadora de necessidades educativas especiais, por meio de centros de atendimento, abertura de possibilidades de participação de deficientes em iniciativas socioculturais oferecidas à comunidade, e absorção de alunos deficientes em seus quadros discentes.

Nosso intuito foi o de estabelecer balanço, verificando quais as principais ações, a que âmbito dos sistemas públicos e da sociedade civil se destinavam, a que órgãos ou instituições se voltavam, qual a natureza dessas intervenções e que âmbitos de deficiência privilegiaram.

Por considerar que a distribuição regional dessas iniciativas é um indicador importante para essa análise, efetuamos, sempre que possível, a distribuição dos dados pelas cinco Regiões político-administrativas que compõem a nação: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Pela Tabela 45 pode-se verificar que boa parte das IES não mantinham qualquer atividade de extensão no campo da educação especial, já que 25 das 58 IES pesquisadas não ofereciam qualquer serviço nessa área.

¹ Jannuzzi (in Freitas 1997, p.198) indica que, em 1987, 58% da população deficiente era atendida pelos sistemas públicos de ensino e 42% pelo sistema privado.

TABELA 45
Atividades de extensão das IES - 1998

| Situação | N° | % |
|-----------------------------------|-----------|------------|
| Com extensão em educação especial | 33 | 56,9 |
| Sem extensão em educação especial | 25 | 43,1 |
| Total | 58 | 100 |

A distribuição regional das atividades de extensão em educação especial está apresentada na Tabela 46.

TABELA 46
Atividades de extensão
Distribuição regional - 1998

| Região | N° | % |
|---------------|-----------------------|------------|
| Norte | 1 | 1,4 |
| Nordeste | 9 | 12,5 |
| Centro-Oeste | 4 | 5,5 |
| Sudeste | 37 | 51,4 |
| Sul | 21 | 29,2 |
| Total | 72² | 100 |

A Região Sudeste contribuiu com mais da metade das atividades de extensão, com a Região Sul vindo em segundo lugar, mas com pouco mais da

² Este número é maior do que o de IES que implementaram atividades de extensão, em 1998, porque muitas IES tinham mais de uma iniciativa em curso neste ano.

metade da primeira, e a Região Nordeste em terceiro lugar, com menos da metade da Região Sul. O Norte e o Centro-Oeste possuíam quantidade ínfima de atividades de extensão no campo da educação especial.

A Tabela 47 mostra a distribuição destas intervenções entre os órgãos públicos e as entidades privadas.

TABELA 47
Atividades de extensão
Distribuição regional por âmbito da sociedade - 1998

| Instância | Instituições | | Sociedade | | Total |
|------------------|---------------------|----------|------------------|-------------|--------------|
| | Públicas | | civil | | |
| Região | Nº | % | Nº | % | |
| Norte | 1 | 100 | 0 | 0,0 | 1 |
| Nordeste | 5 | 55,5 | 4 | 44,5 | 9 |
| Centro-Oeste | 2 | 50,0 | 2 | 50,0 | 4 |
| Sudeste | 19 | 51,4 | 18 | 48,6 | 37 |
| Sul | 5 | 23,8 | 16 | 76,2 | 21 |
| TOTAL | 32 | 44,4 | 40 | 55,6 | 72 |

Verifica-se, em primeiro lugar, que, apesar do discurso hegemônico de defesa da escola pública, as ações de extensão da universidade brasileira, no campo da educação especial junto a entidades da sociedade civil, foram superiores em relação àquelas encetadas junto a órgãos públicos.

Em segundo lugar, vale a pena observar que ocorreu variação muito grande entre o número de iniciativas por região (de 1 a 37), com curva semelhante à observada nas ações de ensino e de pesquisa.

Por outro lado, sem levar em consideração o percentual da Região Norte, já que ali só se verificou uma iniciativa da uma IES (o que torna o percentual sem significação), verifica-se que houve um equilíbrio percentual entre as

iniciativas voltados ao setor público e às entidades da sociedade civil, com exceção da Região Sul. Embora os números reais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste sejam pequenos, o mesmo não se pode dizer da Região Sudeste, pois esta reúne o maior número de iniciativas de extensão. Assim, o privilegiamento da Região Sul em relação às entidades da sociedade civil em detrimento do setor público tem papel decisivo nessa discrepância.

Nos próximos tópicos, verificaremos como se deu essa distribuição.

3.1. EXTENSÃO JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS

Entre as iniciativas voltadas ao setor público, foi no âmbito estadual que se verificou a maior incidência, seguida pelo municipal e pelo federal.

TABELA 48
Extensão junto a órgãos públicos
Distribuição por âmbito administrativo - 1998

| | Federal | Estadual | Municipal | Total |
|--------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Norte | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Nordeste | 1 | 3 | 1 | 5 |
| Centro-Oeste | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Sudeste | 1 | 10 | 8 | 19 |
| Sul | 0 | 4 | 1 | 5 |
| TOTAL | 3 | 19 | 10 | 32 |

Se o número de intervenções junto a órgãos estaduais já foi pequeno (menos de um por Unidade da Federação, em média), a quantidade de intervenções com relação ao âmbito municipal foi simplesmente irrisória, se levarmos em conta o número de Municípios brasileiros. Por outro lado, tendo em vista o fato de que à União cabe preponderantemente o caráter de normatização e de estabelecimento de políticas globais, era de se esperar o pequeno número de intervenções nesse âmbito.

Quanto à distribuição regional, se é fato que, como nas demais ações, ocorre uma maior incidência da Região Sudeste, não se pode deixar de considerar o pequeno número da Região Sul, que em boa parte das demais ações apresentava boa diferença em relação às Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, pois aqui ela se iguala às da Região Nordeste.

A Tabela 49 apresenta a distribuição regional por tipo de deficiência.

TABELA 49
Extensão junto a órgãos públicos
Distribuição regional por tipo de deficiência - 1998

| Região | Tipo de deficiência | | | | Total |
|---------------|----------------------------|-----------|-----------|--------------|--------------|
| | Geral | DM | DV | Outro | |
| Norte | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Nordeste | 3 | 0 | 2 | 0 | 5 |
| Centro-Oeste! | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Sudeste | 15 | 0 | 1 | 3 | 19 |
| Sul | 4 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| TOTAL | 25 | 1 | 3 | 3 | 32 |

A maioria das ações de extensão junto a órgãos públicos se referiu à educação especial em geral (cerca de 78%), sem especificar este ou aquele tipo de deficiência. Isso poderia denotar uma modificação da tradicional postura da educação especial de se centrar nas características específicas das diferentes deficiências, mas, por outro lado, pode significar também uma perspectiva generalizante de problemas que, do ponto de vista pedagógico, geram consequências muito diferentes. Tendo em vista a pequena trajetória de muitas IES no campo da educação especial, é possível que boa parte dessa incidência reflita estágios iniciais de intervenção na área.

Se aliarmos essa perspectiva ao fato de que a maioria das iniciativas se volta à rede estadual, com certeza a que mais oferece serviços e a que há mais tempo se configurou, e que, portanto, deve contar com maior número de pessoal especializado, talvez uma perspectiva mais específica fosse a mais necessária.

Por outro lado, a deficiência mental, que tem sido a área mais privilegiada no campo da educação especial, foi objeto de uma intervenção apenas. Como é sabido que grande parte dos chamados deficientes mentais leves são atendidos pelos sistemas estaduais de ensino, essa pouca atenção a esses deficientes fica ainda mais evidente.

Causa espécie, ainda, o fato de que na Região Sudeste, a que reuniu maior número de intervenções, nem uma ação se voltou para a deficiência mental. Mesmo com incidência muito baixa, foi na Região Nordeste que se concentrou o maior número de intervenções voltada aos deficientes visuais.

As formas pelas quais as ações da IES se concretizaram no que diz respeito à extensão aos órgãos públicos estão apresentadas na Tabela 50.

TABELA 50
Extensão junto a órgãos públicos
Distribuição regional pelo tipo de intervenção - 1998

| Região | Tipo de intervenção | | | | Total |
|--------------|---------------------|------------|-----------|----------|-----------------------|
| | Curso | Assessoria | Estágio | Outro | |
| Norte | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Nordeste | 3 | 2 | 0 | 2 | 7 |
| Centro-Oeste | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| Sudeste | 5 | 12 | 10 | 3 | 30 |
| Sul | 1 | 3 | 0 | 1 | 5 |
| TOTAL | 11 | 18 | 11 | 6 | 46³ |

¹ Esse número é superior ao de ações das IES (32) porque em algumas IES foram encetadas mais de um tipo de ação diferente.

O tipo de intervenção mais comum foi o da prestação de serviços de assessoria (18), o que seria de se esperar, já que os cursos destinados à atualização/aperfeiçoamento dos profissionais da educação especial foram incluídas no capítulo 1.

Mesmo assim, as IES indicaram que os cursos foram a segunda modalidade de intervenção em termos de incidência, o que demonstra uma falta de critérios mais precisos para o estabelecimento de uma política global de extensão de suas atividades aos serviços públicos de educação especial.

Quanto à distribuição regional, se a discrepância entre o Sudeste e as demais regiões aumentou em relação aos demais tópicos, cabe ressaltar que a Região Nordeste assumiu o segundo lugar, ultrapassando a Região Sul, tradicionalmente com índices mais elevados do que a primeira.

A Tabela 51 apresenta a distribuição do número de intervenções pelas IES.

TABELA 51
Extensão junto a órgãos públicos
Quantidade de intervenções por IES - 1998

| Número de Intervenções por IES | EES | % | Número total de Intervenções |
|---------------------------------------|-------------------|-------------|-------------------------------------|
| | Quantidade | | |
| 1 | 19 | 86,4 | 19 |
| 3 | 2 | 9,1 | 6 |
| 7 | 1 | 4,5 | 7 |
| TOTAL | 22 | 100 | 32 |

A maioria esmagadora das IES encetaram, em 1998, apenas uma ação cada em relação à extensão, sendo que três IES, de larga tradição na área da educação especial foram responsáveis por mais de 40% do total (13 intervenções). Se relacionarmos isso ao fato de que essas três IES ficam situadas na Região Sudeste (ver Quadro 11), verificaremos que, se excetuarmos essas

três, o número de intervenções da Região Sudeste (6) a colocaria em segundo lugar, atrás da Região Nordeste.

O Quadro 11 apresenta os objetivos das ações das IES junto aos órgãos públicos.

QUADRO 11
Extensão junto a órgãos públicos
Objetivos das ações - 1998

| Nº | Região | Sigla | Tema |
|----|----------|-----------|--|
| 1 | Norte | FUFAP | Capacitação de profissionais em educação especial |
| 2 | Nordeste | UFBa | Capacitação em educação especial |
| 3 | | UEBa | Capacitação em educação especial |
| 4 | | FUNESA | Capacitação de professores em educação especial |
| 5 | | UFRN | Seminário sobre educação de PNEE |
| 6 | | UFC | Plano de Educação Estadual - área de educação especial |
| 7 | Centro- | UnB | Organização de eventos e estágios |
| 8 | Oeste | UEMS | Capacitação em atendimento odontológico |
| 9 | Sudeste | UFSCar | Currículo de leitura para escolares de risco |
| 10 | | | Avaliação do programa de recuperação de leitura - RRR |
| 11 | | | Intervenção em educação especial |
| 12 | | | Integração de PNEEs em classes regulares |
| 13 | | | Capacitação de professores |
| 14 | | | Projeto Saúde: desenvolvimento de prevenção das deficiências |
| 15 | | | Desenvolvimento interpessoal para o professor |
| 16 | | USP | Programa de Educação Continuada para professores |
| 17 | | UNESP-Ar | Formação continuada de professores |
| 18 | | UNIMEP | Participação no Conselho Regional de Desenvolvimento Social |
| 19 | | | Apoio a constituição de equipe itinerante |
| 20 | | | Definição do atendimento municipal |
| 21 | | PUCCAMP | Brinquedoteca para alunos da rede estadual |
| 22 | | UNIRIO | Capacitação de professores |
| 23 | | UFF | Brinquedoteca em creche municipal |
| 24 | | | Apoio às escolas estaduais de Niterói e S. Gonçalo |
| 25 | | | Reestruturação curricular |
| 26 | | UEPJ | Ensino hospitalar |
| 27 | | UFV | Práticas desportivas para PNEE de escolas municipais |
| 28 | Sul | UNICENTRO | Avaliação de DM da rede estadual |
| 29 | | UEL | Capacitação de professores |
| 30 | | PUCPR | Orientação a professores |
| 31 | | UNIVALI | Formação continuada de professores |
| 32 | | UFPel | Ciclo de palestras para professores rede estadual |

Esses objetivos revelam uma diversidade de preocupações que norteiam essas ações. Por outro lado, com relação às IES, podemos verificar que, enquanto Universidades com trajetória marcante na área da educação especial, como a UNICAMP e a PUCSP estão ausentes, outras, com muito menor tradição, como a UEBA, FUNESA, UNIRIO e UNIVALI atuam junto a esses órgãos.

Se agregarmos os objetivos dessas ações, teremos como resultante os dados da Tabela 52.

Tabela 52
Extensão junto a órgãos públicos
Categorização dos objetivos das ações - 1998

| Tipo de intervenção | Número | % |
|--|---------------|------------|
| Capacitação profissional | 14 | 43,7 |
| Assessoria pedagógica aos serviços | 9 | 28,1 |
| Assessoria às políticas de educação especial | 3 | 9,4 |
| Elaboração de procedimentos/instrumentos pedagógicos | 3 | 9,4 |
| Organização de eventos sobre educação especial | 2 | 6,3 |
| Assessoria à área da saúde | 1 | 3,1 |
| TOTAL | 32 | 100 |

O objetivo mais frequente foi o de capacitação de pessoal, com mais de 50% do total das ações. Se aliarmos a isso o fato de que esse também foi um objetivo privilegiado nas ações de ensino, verificaremos uma superposição de ações das IES frente à essa capacitação.

O segundo objetivo em termos de incidência diz respeito às assessorias a projetos e serviços específicos de educação especial, enquanto que os demais têm incidência bastante reduzida. Vale ressaltar, dentre estes últimos, a baixíssima incidência de ações com relação às políticas de educação especial, fato ainda mais marcante se levarmos em conta que, a partir da Declaração de Salamanca, há toda uma controvérsia sobre a chamada educação inclusiva, envolvendo, principalmente, os órgãos públicos normativos e executivos.

3.2. EXTENSÃO JUNTO À SOCIEDADE CIVIL

As ações das IES junto à sociedade civil, que se subdividiram em dois tipos (ação direta e apoio à entidades), teve, como já foi afirmado acima, maior incidência que aquelas voltadas ao setor público, embora envolvessem o mesmo número de IES que as primeiras (22), conforme mostra a Tabela 53.

TABELA 53
Extensão junto à sociedade civil
Oferta de intervenções por IES - 1998

| Situação | Nº | % |
|-----------------------------------|----|------|
| Mantêm atividades de extensão | 22 | 37,9 |
| Não mantêm atividades de extensão | 36 | 62,1 |
| Total | 58 | 100 |

O número de intervenções por IES está apresentado na Tabela 54

TABELA 54
Extensão junto à sociedade civil
Quantidade de intervenções por IES - 1998

| Número de intervenção por IES | Nº | % | Total de intervenções |
|-------------------------------|----|------|-----------------------|
| Uma intervenção | 11 | 50,0 | 11 |
| Duas intervenções | 7 | 31,8 | 14 |
| Três intervenções | 2 | 9,1 | 6 |
| Quatro intervenções | 1 | 4,55 | 4 |
| Cinco intervenções | 1 | 4,55 | 5 |
| Total | 22 | 100 | 40 |

Verifica-se, por essa Tabela, que metade das IES realizaram mais de uma intervenção desse tipo, o que denota uma concentração forte dessas ações em pequeno número de Universidades.

Essas intervenções tiveram por alvo diferentes âmbitos da sociedade civil, conforme pode se verificar na Tabela 55.

TABELA 55
Extensão junto à sociedade civil
Âmbito abrangido pelas intervenções das IES - 1998

| Tipo de serviço | Quantidade | % |
|--|-------------------|------------|
| Entidades assistenciais | 13 | 32,5 |
| Atendimento direto de PNEE | 10 | 25,0 |
| Escolas privadas | 8 | 20,0 |
| Associação/Conselho de Defesa de Deficientes | 8 | 20,0 |
| Entidades internacionais | 1 | 2,5 |
| Total | 40 | 100 |

Verifica-se, em primeiro lugar, que a maioria das ações se voltaram às entidades assistenciais, seguidas por ações encetadas pelas próprias IES com pessoas deficientes. Por sua vez, foi expressivo, dentro dessa distribuição, o fato de que oito escolas privadas fossem alvo de ações das Universidades, quando se sabe que o número de entidades assistenciais é muito mais elevado do que o destas últimas⁴, e quantidade idêntica de intervenções junto a associações e conselhos de deficientes, que, nos últimos anos, têm se constituído em organismos fortes de combate ao marasmo que reina nas políticas de

⁴ Silva (1995) verifica que existiam no Brasil cerca de 1300 APAEs, o que é uma demonstração cabal do alto número de instituições filantrópico-assistenciais existentes no País.

educação especial e de defesa dos seus direitos, e que deveriam se constituir em pólos de atração para uma ação mais abrangente, do ponto de vista político-social, das IES, o que não acontece.

A distribuição dessas intervenções por tipo de deficiência está apresentada na Tabela 56.

Tabela 56
Extensão junto à sociedade civil
Tipo de deficiência - 1998

| Âmbito | N° | % |
|--------|-----------------|------|
| Geral | 29 | 69,0 |
| DM | 1 | 2,4 |
| DA | 6 | 14,3 |
| DV | 4 | 9,5 |
| DF | 1 | 2,4 |
| Outro | 1 | 2,4 |
| Total | 42 ⁵ | 100 |

Quase 70% das intervenções junto à sociedade civil se dirigiram às deficiências em geral, o que pode indicar tanto uma abordagem mais generalizante quanto pouca consideração das especificidades de cada uma.

E também sintomático o reduzido número de intervenções voltado à deficiência mental (inferior ao daquelas voltadas às deficiências auditivas e visuais), pois todas as estimativas disponíveis consideram-na como a de maior incidência entre os diversos tipos de deficiência. Somente uma IES designou intervenção específica a um tipo de deficiência não categorizado (PUCSP - ver intervenção no Quadro 12).

A Tabela 57 apresenta o tipo de intervenção realizada pelas IES.

⁵ E«e número é superior ao das intervenções porque duas IES têm duas intervenções dirigidas a dois tipos específicos de deficiência.

TABELA 57
Extensão junto à sociedade civil
Tipo de intervenção - 1998

| Intervenção | Nº | % |
|--------------------|-----------------------|------------|
| Curso | 8 | 14,6 |
| Assessoria | 16 | 29,1 |
| Campo de Estágio | 18 | 32,7 |
| Outro | 13 | 23,6 |
| Total | 55⁶ | 100 |

A maior incidência residiu na utilização, pelas IES, das entidades e associações da sociedade civil como campo de suas próprias intervenções diretas e para campo de estágio de alunos de cursos que, de alguma forma, lidam com a educação especial.

Em segundo lugar apareceram os serviços de assessoria, seguidos de "outro". Embora de forma menos incidente, aparecem oito cursos, o que demonstra a falta de definição entre as atividades de ensino e de extensão.

As 22 IES que mantinham algum tipo de intervenção junto à sociedade civil seguiam a seguinte distribuição regional:

TABELA 58
Atividades de extensão junto à sociedade civil
Distribuição regional das IES - 1998

| Região | Nº | % |
|---------------|-----------|------------|
| Nordeste | 3 | 13,6 |
| Centro-Oeste | 2 | 9,1 |
| Sudeste | 11 | 50,0 |
| Sul | 6 | 27,3 |
| Total | 22 | 100 |

⁶ Esse número é superior ao das intervenções porque muitas IES utilizam-se de mais de um tipo de intervenção.

Aqui também se verificou a maior concentração de IES da Região Sudeste, seguida pela Região Sul, com menor participação do Nordeste e Centro-Oeste, e a inexistência de ações na Região Norte.

A Tabela 59 apresenta a distribuição regional dos tipos de deficiência abrangidos pela extensão junto à sociedade civil.

TABELA 59
Extensão junto à sociedade civil
Distribuição regional dos tipos de deficiência abrangidos
1998

| Âmbito de deficiência | | | | | | | |
|-----------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Região | Geral | DM | DA | DV | DF | Outro | Total |
| Nordeste | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 04 |
| Centro-Oeste | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 02 |
| Sudeste | 14 | 0 | 3 | 2 | 0 | 0 | 19 |
| Sul | 11 | 0 | 3 | 2 | 1 | 0 | 17 |
| TOTAL | 29 | 1 | 6 | 4 | 1 | 1 | 42 |

Apesar da grande concentração das intervenções nas Regiões Sudeste e Sul, vale a pena destacar que, mesmo nessas Regiões, não houve uma intervenção sequer especificamente voltada à deficiência mental e apenas uma na Região Sul, à deficiência física. Por outro lado, na Região Nordeste não havia qualquer intervenção voltada às deficiências auditiva, visual e física, e, na Centro-Oeste, a essas ausências se acrescentou a da deficiência mental.

O tipo de intervenção efetivado pelas IES e sua distribuição regional são apresentados na Tabela 60.

TABELA 60
Extensão junto à sociedade civil
Distribuição regional do tipo de ação -1998

| Região | Tipo de intervenção | | | | lotai |
|--------------|---------------------|------------|-----------|-----------|-----------------------|
| | Curso | Assessoria | Estágio | Outro | |
| Nordeste | 2 | 3 | 1 | 1 | 07 |
| Centro-Oeste | 0 | 1 | 1 | 1 | 03 |
| Sudeste | 3 | 6 | 9 | 5 | 23 |
| Sul | 3 | 6 | 7 | 6 | 22 |
| TOTAL | 8 | 16 | 18 | 13 | 55⁷ |

A maior concentração nas Regiões Sudeste e Sul reproduz a incidência mais elevada do uso da sociedade civil como campo de estágios, o mesmo não se verificando na Região Nordeste, que, mesmo com incidências bem mais baixas que as primeiras, privilegiou os cursos e assessorias como formas básicas de intervenção. A Região Centro-Oeste, com número muito reduzido, apresentou equilíbrio entre os tipos de intervenção e, mais uma vez, as IES da Região Norte não efetuaram nenhuma atividade neste campo.

O Quadro 12 apresenta os objetivos a que se destinaram essas ações.

Quadro 12
Extensão junto à sociedade civil
Objetivos das ações -1998

| Nº | Região | IES | Objetivos |
|----|----------|--------|--|
| | Nordeste | UFAL | Atendimento de crianças PNEEs na creche |
| | | FUNESA | Capacitação dos profissionais da entidade Assessoria à entidade |
| | | UFC | Atendimento de crianças superdotadas |

⁷ Este número é superior ao de ações das IES (40) porque em algumas IES foram encetadas mais de um tipo de ação diferente.

| N° | Sigla | Região | lema |
|-----------|--------------|---------------|--|
| | Centro-Oeste | UnB | Capacitação de recursos humanos |
| | | UFMS | Atividades aquáticas para PNEE |
| | Sudeste | UFSCar | Profissionalização do DM Currículo funcional para DM Avaliação de programas Capacitação de pais Atendimento de crianças institucionalizadas e semi-institucionalizadas |
| | | USP | Organização do censo de deficientes Levantamento de clientela deficiente nas Universidades |
| | | UNESP-Ar | Atendimento da população |
| | | PUCSP | Atendimento de DA e distúrbios de linguagem |
| | | MACKENZIE | Formação de recursos humanos |
| | | UNIMEP | Regência de classe Apoio ao atendimento oferecido pela Associação |
| | | PUCCAMP | Acesso ao ensino superior de DVs |
| | | UFRJ | Capacitação de instrutores surdos |
| | | UCB | Atendimento de deficientes |
| | | UFU | Atendimento de PNEE |
| | | UFV | Práticas esportivas para PNEE Ação pedagógica junto a PNEE |
| | Sul | UFPr | Atuação junto a vestibulandos DA Avaliação psicopedagógica Contribuição da psicologia na integração do aluno PNEE Orientação psicopedagógica a mães |
| | | UEM | Assessoria a associação Assessoria a entidade Assessoria a entidade |
| | | UNIOESTE | Integração social Programa de ações |
| | | UEL | Teatro para atores especiais Material didático para DV Reformulação curricular |
| | | PUCPR | Campo de estágio para alunos da IES Estágio de alunos da universidade |
| | | UNIVALI | Formação de professores e de pais Atendimento psicopedagógico à pessoa surda |

Em relação às IES de maior tradição na área da educação especial, verifica-se uma subdivisão equilibrada: enquanto UNICAMP, UNESP-Mar, UFF, UERJ e UFSM não realizam qualquer intervenção junto à sociedade civil,

UFSCar, PUCSP, UNICAMP, USP, PUCAMP e UNIMEP mantiveram, em 1998, intervenções desse tipo.

Os objetivos dessas intervenções foram os mais diversificados, englobando desde atendimento direto até a organização de censo de deficientes, passando por reformulação curricular, teatro para deficientes, capacitação de instrutores surdos, assessorias a entidades, etc.

O Quadro 13 apresenta que tipo de âmbito da sociedade civil essas intervenções privilegiaram.

QUADRO 13
Âmbito da sociedade civil privilegiado pelas ações das IES -1998

| Nº | Região | EES | Âmbito da sociedade Civil |
|----|----------|----------------|---|
| | Nordeste | UFAL FUNESA | Núcleo de Desenvolvimento Infantil - Creche UFAL Sociedade Pestalozzi Associação dos Deficientes de Arapiraca |
| | | UFC | Atendimento psicopedagógico - UFC |
| | Centro- | UnB | Escolas e centros particulares de educação especial |
| | Oeste | UFMS | Natação - UFMS |
| | Sudeste | UFSCar | Escolas especiais Escolas especiais Escolas especiais e inclusivas Famílias de indivíduos PNEE - UFSCar Creches |
| | | USP | Conselho Estadual da Deficiência UNESCO |
| | | UNESP-Ar | Centro de Orientação Educativa - UNESP-Ar |
| | | PUCSP | DERDIC/PUCSP |
| | | MACKENZIE | APAE/Ubá |
| | | UNIMEP | APAE-Piracicaba Associação de Surdos de Piracicaba - APASPI |
| | | PUCAMP | PUCAMP |
| | | UFRJ | FENEIS - Fed. Nacional de Educação e Integração de Surdos |
| | | UCB | Clínica-escola - UCB |
| | | UFU | Programas de atendimento - PPD - UFU |
| | | UFV | APAE APAE |

| Nº | Região | IES | Âmbito da sociedade Ci vil |
|----|------------|----------------|--|
| | Sul | UFPr | Escola Epheta Fundação Ecuménica de Proteção ao Excepcional Centro de Diagnóstico S. Francisco de Assis Centro de Estimulação precoce - APADEVI |
| | | UEM | APAE ANPACIN CVI |
| | | UNIOESTE | ACADEVI e ADEFICA Fórum Municipal de Defesa dos Direitos dos PNEE |
| | | UEL | APAE Instituto de Cegos de Londrina APAE |
| | | PUCPR | Fundação Ecuménica de Proteção ao Excepcional Escola para surdos Epheta |
| | | UNIVALI | APAE Serviço de Atendimento à Pessoa Surda - UNIVALI |

Apesar de muito reduzido em relação ao número total de entidades, cabe destacar, aqui, a presença das APAEs, objeto de 8 ações das IES, com o restante das ações se distribuindo de forma relativamente aleatória com relação às demais entidades e âmbitos. Além disso, vale a pena enfatizar novamente o bom número de atividades implementadas pelas próprias IES atingindo diretamente deficiente e suas famílias, por meio de centros específicos (UNESP-Ar, PUCSP, UCB, UNIVALI), ou ações localizadas (UFAC, UFC, UFMS e UFSCar).

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As ações de extensão mostram, em primeiro lugar, o pouco destaque que tem se dado a essa área na Universidade: são 33 IES que desenvolveram 73 iniciativas junto aos órgãos públicos, a entidades e associações da sociedade civil e junto à própria população deficiente, o que perfaz uma média de 2,2 iniciativas por IES.

Se levarmos em conta que são 26 Unidades da Federação e mais de 5.000 Municípios, o número de ações encetadas foi uma pequena gota no oceano.

Com relação ao âmbito a que se voltaram, embora o maior número das IES respondentes fossem públicas (federais, estaduais e municipais), o privilegiamento foi o de atuação junto à sociedade civil (40 iniciativas) mais do que a órgãos e instituições públicas (32 iniciativas). Assim, o discurso de privilegiamento e defesa do ensino público parece não condizer com as ações efetivas das IES no campo da educação especial.

Com relação aos órgãos e instituições públicas, essas iniciativas dão uma média de pouco mais de 1,0 por Unidade da Federação, o que nos parece muito pouco, tendo em vista que a maior parte do atendimento escolar público de crianças e jovens deficientes é realizada pelos Governos estaduais e do Distrito Federal.

Por outro lado, as iniciativas junto à sociedade civil privilegiaram tanto entidades assistenciais como escolas privadas, o que também se constitui num paradoxo: muito tem se falado e discutido nas universidades sobre a construção da cidadania das pessoas deficientes, mas as entidades de defesa dos deficientes, bem como os conselhos governamentais e municipais, têm sido alvo de pouquíssimas iniciativas.

Além disso, o bom número de iniciativas de atendimento direto à população deficiente parece ter como tônica fundamental, ou mesmo exclusiva, a sua utilização como campo de estágios para alunos de cursos de graduação. Se isso, em parte, permite a formação mais adequada de profissionais que poderão atuar na área, parece que esse espaço foi pouco utilizado, tanto para a atuação mais abrangente no campo dos direitos humanos quanto espaço para realização de investigações, embora fique evidente, em alguns poucos casos, essa preocupação.

Enfim, aqui também parece que as iniciativas foram fruto do interesse pessoal de alguns professores que, com dedicação e esforço, têm procurado desenvolver iniciativas de extensão, bem como de alguns grupos, mais ou menos constituídos e institucionalizados, mas que não parecem ter sido incorporados efetivamente por uma política mais consistente dentro das IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou levantar, descrever e analisar, dentro de determinadas condições, a situação da educação especial dentro das Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Considerando a pouca trajetória acadêmica da área no Brasil e as condições objetivas em que se encontra o ensino superior, especialmente as universidades públicas, que têm tido suas condições de funcionamento cada vez mais precarizadas, a educação especial apresenta índices relativamente animadores, embora incipientes.

Para quem atua na área há muito tempo, o fato de o ensino superior, especialmente as universidades públicas, desenvolverem uma diversidade de iniciativas, tanto no campo do ensino quanto no da pesquisa e da extensão, pode ser considerado como um indicador do crescimento e desenvolvimento desse campo no País, já que, há pouco anos, vivia de uma ou outra iniciativa isolada.

A Tabela 61 mostra a distribuição de todas as iniciativas das IES no campo da educação especial.

TABELA 61**Distribuição das ações das IES no campo da educação especial - 1998**

| | Área | Nº | Ações Média de IES %¹ |
|-----------------|----------------------------------|-----------|---|
| Ensino | Professor de educação especial | 35 | 60,3 |
| | Professor polivalente | 30 | 51,7 |
| | Licenciatura | 11 | 19,0 |
| | Habilitações da pedagogia | 32 | 55,2 |
| | Especialização | 30 | 51,7 |
| | Mestrado | 23 | 39,7 |
| | Doutorado | 10 | 17,2 |
| | Cursos de extensão | 31 | 53,4 |
| Pesquisa | Pesquisas | 35 | 60,3 |
| | Grupos de pesquisa | 28 | 48,3 |
| Extensão | Extensão junto a órgãos públicos | 22 | 37,9 |
| | Extensão junto à sociedade civil | 22 | 37,9 |
| | Média Geral | 309 | 25,7 |

Pela Tabela 61 pode-se verificar uma oscilação muito grande na incidência de ações que vão de dez doutorados que aceitam alunos interessados em educação especial (ou seja, uma entre 5,8 IES oferece essa possibilidade), até pesquisas desenvolvidas e cursos de formação de professores de educação especial (35 cada uma, significando que uma entre 1,7 IES realiza estes tipos de ação).

Uma análise mais detalhada desses número pode nos revelar mais sobre a inserção da educação especial nas IES brasileiras.

Se o número de doutorados em educação que aceitam alunos interessados na educação especial pode ser considerado pequeno, o número de IES que oferecem disciplinas aos cursos de licenciatura, proporcionalmente

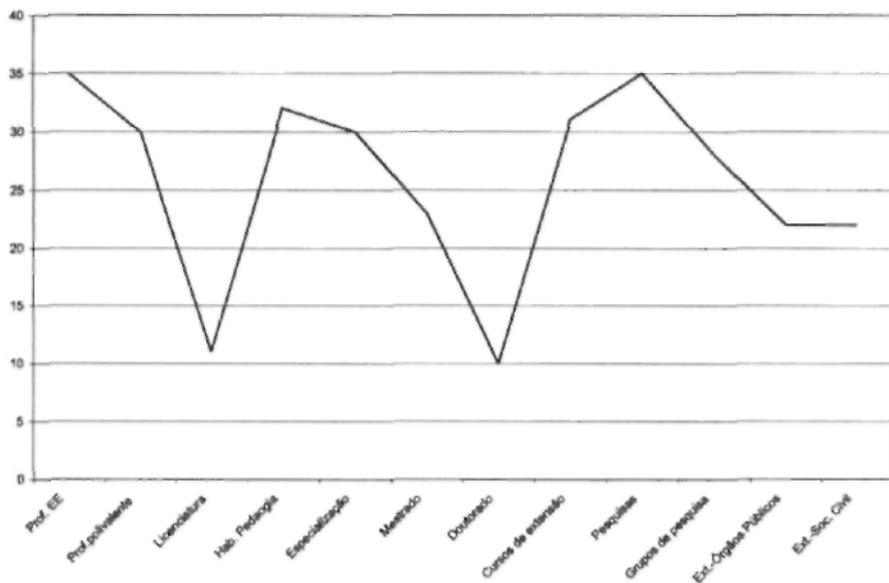
¹ Este número é superior ao de ações das IES (40) porque em algumas IES foram encetadas mais de um tipo de ação diferente.

é muito menor. Isto é, se levarmos em consideração o número de doutorados em educação e o número de cursos de licenciaturas existentes no País, teremos que, forçosamente, concluir que os primeiros estão muito melhor aquinhoados que os segundos.

Da mesma forma, o número de cursos de mestrado (23, ou em outros termos, um curso de mestrado que aceita alunos interessados na educação especial entre 2,6 IES) é, em relação à demanda estimada, muito mais adequado do que os cursos de especialização (30, ou seja, um curso de especialização voltado à educação especial, entre 1,9 IES) pois estes últimos, além de possuírem o objetivo de aprimoramento profissional, têm servido, nas regiões onde não existe formação de professores de educação especial, como forma substituta para essa formação. Somados os dois, teríamos menos que dois cursos por unidade da federação.

O Gráfico 1 deixa ainda mais evidente esta oscilação.

GRÁFICO 1
Distribuição das ações das IES em educação especial • 1998



Por outra parte, a carência de uma integração mais efetiva, intra e inter universidades, tem desembocado em uma certa fragilidade de influência sobre as políticas de educação especial no País.

Assim é que parte das políticas de formação de professores de educação especial ou de preparação do professor do ensino regular para a inclusão de alunos deficientes tem sido elaborada à revelia das instituições que mais têm se debruçado sobre a questão.

É certo que esta ou aquela IES, este ou aquele grupo de acadêmicos ou este ou aquele acadêmico específico têm sido chamados, ocasionalmente, para participar da elaboração de algumas dessas políticas. A nosso ver, entretanto, esta atuação é insuficiente. A universidade brasileira, em especial as instituições públicas de ensino superior, pode assumir papel muito mais significativo na elaboração e implementação dessas políticas se atuar mais articuladamente de forma a se constituir em mecanismo forte e expressivo de pressão política.

Para tanto, consideramos necessário uma maior articulação entre as três funções básicas da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Isto é, por um lado, não se pode desconsiderar a trajetória de luta de uma plêiade de acadêmicos que transformaram a educação especial em uma realidade dentro de número significativo das grandes universidades brasileiras, que alcançou patamar relativamente satisfatório tendo em vista a pequena trajetória e os obstáculos que tiveram que ser transpostos nestes trinta anos de incorporação da educação especial pelo ensino superior.

Mas, por outro lado, o retrato aqui apresentado mostra problemas, distorções e desajustes que merecem ser atacados de frente se quisermos, de fato, construirmos uma universidade comprometida com o bem-estar social e com a justiça social.

Muitos desses problemas, com certeza, são decorrentes de condições externas, cuja responsabilidade não pode ser imputada às Instituições de Ensino Superior, mas a ingerências e determinações políticas mais amplas.

Mas, mesmo dentro desse âmbito, a universidade pode e deve ser instituição que tenha peso decisivo nos caminhos da educação especial brasileira, dada a sua posição chave dentro das instituições sociais.

Por outro lado, esse peso só será mais forte se, no seu interior, ela procure vencer obstáculos e corrigir distorções, nas perspectivas da construção de política de formação de pessoal, da realização de estudos e pesquisas e da extensão da experiência acumulada que efetivamente responda aos interesses da população à qual se dirige, ou seja, à pessoa deficiente.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Alda Judith. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 81, maio, 1992.
- AMADO, Tina; FÁVERO, Osmar & GARCIA, Walter E. Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de educação. *Avaliação e perspectivas na área de educação*. Porto Alegre, ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1993.
- AZANHA, José Mário R *Uma ideia de pesquisa educacional*. São Paulo, EDUSR 1992.
- BOCCHIAK, R. *Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade da escola*. São Paulo, Loyola, 1992.
- BUENO, José Geraldo Silveira. A educação especial e a produção de conhecimento - algumas considerações críticas. *Integração*, MEC/SEE, ano 5, n. 14, 1994.
- _____. *A produção científica em educação especial: um balanço preliminar*. Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisadores de Educação Especial. Niterói, UFF, 1995.
- CHIZZOTTI, António. A & P da pesquisa através das publicações em periódicos. *Avaliação e perspectivas na área de educação*. Porto Alegre, ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1993.
- CUNHA, L. António. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. *Anais do Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação*. Brasília, MEC/CAPES, 1979.
- FERREIRA, Júlio Romero. Notas sobre a evolução dos serviços de educação especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, UNIMER vol. 1, n. 1, 1992.

- GATTI, Bernadete A. Pesquisa em educação: um tema em debate. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 80, fevereiro, 1992.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 1, julho, 1971.
- _____. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 19, 1976.
- JANNUZZI, Gilberta. As políticas e os espaços para a criança excepcional. IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez/Universidade São Francisco, 1997.
- MELLO, Guiomar N. de. A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 46, agosto, 1983.
- NERI, Lídia A. & ALVARADO, Ruben U. Lista básica de publicações periódicas brasileiras na área da educação - um estudo bibliométrico para a nova fase da Bibliografia Brasileira de Educação - BBE. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 44, fevereiro, 1983.
- NUNES, Leila R. D'Oliveira de R; FERREIRA, Júlio Romero; MENDES, Enicéia Gonçalves. A pós-graduação em educação especial no Brasil: análise crítica da produção discente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, UNIMEP. v. 3. n. 5, set., 1999.
- SILVA, Adriane Giugni da. *O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954-1994)*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dissertação de mestrado, 1995.
- TELFORD, Charles W. & SAWREY, James M. *O indivíduo excepcional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- VELLOSO, Jacques. Pesquisa educacional na América Latina: tendências, necessidades e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 81, maio, 1992.
- WARDE, Mirian Jorge. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 73, 1990.
- _____. A produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1982-1991). IN: *Avaliação e perspectivas na área*

de educação. Porto Alegre, ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1993.

WEBER, Silke. A produção recente na área da educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 81, maio, 1992.

ANEXO

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

PROTOCOLO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

Ações das IES no campo da Educação Especial

O Fórum Nacional de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior, que congrega as universidades e faculdades brasileiras que desenvolvem ações de formação de pessoal, pesquisas e de extensão no campo da educação especial, tem se reunido regularmente, sob o patrocínio da Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, por meio da realização de Fóruns Regionais e de Fóruns Nacionais, no intuito de se constituir no espaço de intercâmbio das instituições de ensino superior que desenvolvem ações nessa área.

Nos dois anos de funcionamento, já foram realizados dois Fóruns Nacionais (1996 e 1997) e cinco Fóruns Regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), em 1997, que têm pautado suas ações em dois âmbitos:

- de análise, crítica e subsídios às políticas nacionais e regionais de educação especial; e

- de intercâmbio de ações das IES no campo da educação especial.

Depois de dois anos de funcionamento, os representantes regionais da IES, reunidos em Campo Grande, nos dias 02 a 04/04/98, tendo em vista a necessidade de dados mais precisos sobre as ações das IES no campo da educação especial, tanto no sentido de exercer influência nas políticas de educação especial como para incremento de intercâmbio entre as IES, decidiram, por unanimidade, que se fazia absolutamente imprescindível o levantamento sistematizado das ações das IES por meio de protocolo que reunisse informações básicas sobre as ações das IES no campo da educação especial, dentro das finalidades precípuas da Universidade, quais sejam, aquelas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Neste primeiro momento, preocupados com a viabilidade para preenchimento de protocolo, dentro das disponibilidades dos professores respondentes, restringimos a coleta aos Centros e Faculdades de Educação, englobando Graduação e Pós-Graduação. É nosso intuito, em futuro próximo, ampliar esta coleta para outros centros da Universidade que se voltam à formação de pessoal, pesquisa e extensão.

O envio desses dados é fundamental para que os Fóruns Regionais e o Fórum Nacional, a serem organizados no 2º semestre do corrente ano, tenham

melhores condições para se constituírem efetivamente em instâncias influenciadoras para o incremento de ações das IES e para o desenvolvimento de políticas nacionais, estaduais e municipais no campo da educação especial.

Por essa razão, estamos condicionando a participação de representantes das IES nos Fóruns Regionais de 1998 à devolução do presente Protocolo, até o dia 15/06/98.

Contando com sua colaboração, subscrevemo-nos

Atenciosamente

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Orientação para preenchimento do formulário

Para que os dados possam servir ao que se propõe, isto é, como recursos imprescindíveis para que os Fóruns Regionais e Nacional e as IES dele integrantes se constituam em mecanismos influenciadores das políticas de educação especial, solicitamos a maior precisão nas respostas.

A maior parte do formulário demanda informações simples e diretas, de fácil preenchimento.

No entanto, para garantir a maior precisão nas respostas, apresentamos abaixo orientações específicas para cada campo.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Preenchimento simples.

1. FORMAÇÃO DE EDUCADORES

1.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO

1.1.1. Professores de educação especial - este campo só deverá ser preenchido se a IES possuir curso regular de graduação na formação de professores de educação especial. Segundo depoimentos dos participantes do Fórum, existem dois modelos de formação: o de habilitação dentro do Curso de Pedagogia e o de licenciatura específica em educação especial (independente do Curso de Pedagogia). Caso sua IES possua outra estrutura de curso, deve ser anotada em "Outro", especificando essa estrutura.

1.1.2. Professor de ensino regular - polivalente - 1ª a 4ª séries - se a IES mantiver curso de formação de professor polivalente em que não conste

disciplina ou núcleo temático de educação especial, basta anotar sim na célula correspondente; se a IES mantiver, dentro do curso de formação de professores polivalentes, disciplinas de educação especial, o item "a" deverá ser preenchido; se mantiver núcleo temático de educação especial, deverá ser preenchido o item "b".

1.1.3. Professor de ensino regular - licenciaturas específicas - 5ª a 8ª séries e ensino médio - o preenchimento deverá ser realizado da mesma forma que o campo 1.1.2.

1.1.4. Habilitações do Curso de Pedagogia - o preenchimento deverá ser realizado da mesma forma que o campo 1.1.2.

1.2. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO - PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Indicar, em cada um dos campos, os cursos de educação especial existentes; caso haja mais de três, utilizar o verso.

1.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1.3.1. Mestrado - se o mestrado for específico em educação especial, deverá ser preenchido subcampo 1.3.1.1.; se for em educação, indicar se possui Linha de Pesquisa em Educação Especial ou se a educação especial integra alguma Linha de Pesquisa.

1.3.2. Doutorado - o preenchimento deverá ser realizado da mesma forma que o campo 1.3.1.

1.4. CURSOS DE EXTENSÃO

Indicar, em cada um dos campos, os cursos de educação especial existentes; caso haja mais de três, utilizar o verso.

2. PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1. PROJETOS DE PESQUISA

Indicar, em cada um dos campos, as pesquisas institucionais sobre educação especial desenvolvidas; caso haja mais de três, utilizar o verso.

2.1. NÚCLEOS DE ESTUDOS OU GRUPOS DE TRABALHO

Indicar, em cada um dos campo, os Núcleos de Estudos ou Grupos de Trabalho existentes; caso haja mais de três, utilizar o verso.

3. PROJETOS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO

3.1. JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS

Indicar, em cada um dos campo, os projetos existentes; caso haja mais de três, utilizar o verso.

3.2. JUNTO A ENTIDADES/ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL

Indicar, em cada um dos campo, os projetos existentes; caso haja mais de três, utilizar o verso.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Ações das IES no campo da Educação Especial

Formulário para coleta de dados

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

IES _____

Instância administrativa: _____

Pública • Federal • Estadual • Municipal • Privada •

Endereço: _____

CEP _____ Tel. (____) _____ Fax (____) _____

E-mail: _____

1. FORMAÇÃO DE EDUCADORES

1.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO

1.1.1. Professor de educação especial

Educação Especial em geral • DM • DA • DV • DF •

Outro Especificar: _____

Tipo de curso:

- Habilitação dentro do Curso de Pedagogia •

- Licenciatura específica em educação especial •

- Outro Especificar: _____

Obs.: _____

1.1.2. Professor de ensino regular - polivalente - 1ª a 4ª série Sim • Não •

a - Disciplina(s) específica(s) em educação especial Sim • Não •

Nome da(s) disciplina(s):

1 - _____

Obrigatória • Eletiva •

2 - _____

Obrigatória • Eletiva •

3 - _____

Obrigatória • Eletiva •

b - Núcleo temático em educação especial •

Organização do núcleo temático: _____

Observações: _____

1.1.3. Professor de ensino regular - licenciaturas específicas - 5^a a 8^a s. - ensino médio

a - Disciplina(s) específica(s) em educação especial Sim • Não •

Nome da(s) disciplina(s):

1 - _____

Obrigatória • Eletiva •

2 - _____

Obrigatória • Eletiva •

3 - _____

Obrigatória • Eletiva •

b - Núcleo temático em educação especial •

Organização do núcleo temático: _____

Observações: _____

1.1.4. Habilitações do Curso de Pedagogia

Administração Escolar • Orientação Educacional •
Supervisão Escolar • Magistério das disciplinas pedagógicas •
Educação Infantil • Educação Popular •

Outra • Especificar: _____

a - Disciplina(s) específica(s) em educação especial Sim • Não •

Nome da(s) disciplina(s):

1 - _____

Obrigatória • Eletiva •

2 - _____

Obrigatória • Eletiva •

3 - _____

Obrigatória • Eletiva •

b - Núcleo temático em educação especial •

Organização do núcleo temático: _____

Observações: _____

1.2. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO - PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

1.2.1. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV • DF •

Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Alunado: Professor de educação especial •

Professor de ensino regular •

Técnicos educacionais •

Outros profissionais •

Obs: _____

1.2.2. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV • DF •

Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Alunado: Professor de educação especial •

Professor de ensino regular •

Técnicos educacionais •

Outros profissionais •

Obs: _____

1.2.3. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV • DF •

Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Alunado: Professor de educação especial •

Professor de ensino regular •

Técnicos educacionais •

Outros profissionais •

Obs: _____

1.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1.3.1. Mestrado

1.3.1.1. Específico em educação especial •

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Linhas de pesquisa: _____

1.3.1.2. Mestrado em educação

Programa: _____

Área de Concentração: _____

Linha de Pesquisa em Educação Especial • Especificar _____

Educação especial integrante de Linha de Pesquisa •

Especificar: _____

Observações: _____

1.3.2 Doutorado

1.3.2.1. Específico em educação especial •

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Linhas de pesquisa: _____

1.3.2.2. Doutorado em educação

Programa: _____

Área de Concentração: _____

Linha de Pesquisa em Educação Especial • Especificar _____

Educação especial integrante de Linha de Pesquisa •

Especificar _____

Observações: _____

1.4. CURSOS DE EXTENSÃO

1.4.1. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Clientela: Professor de educação especial •

Professor de ensino regular •

Técnicos educacionais •

Outros profissionais •

Outro público • Especificar: _____

Observações: _____

1.4.2. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Clientela: Professor de educação especial •

Professor de ensino regular •

Técnicos educacionais •

Outros profissionais •

Outro público Especificar: _____

Observações: _____

1.4.3. Curso: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Carga horária total: _____

Clientela: Professor de educação especial •
Professor de ensino regular •
Técnicos educacionais •
Outros profissionais •
Outro público • Especificar: _____
Observações: _____

2. PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1. PROJETOS DE PESQUISA

2.1.1. Título: _____
Educação Especial em geral • DM • DA • DV •
DF • Outro • Especificar: _____
Faculdade/Departamento: _____
Coordenador: _____
Nº de pesquisadores: _____
Observações: _____

2.1.2. Título: _____
Educação Especial em geral DM DA • DV
DF • Outro • Especificar: _____
Faculdade/Departamento: _____
Coordenador: _____
Nº de pesquisadores: _____
Observações: _____

2.1.3. Título: _____
Educação Especial em geral • DM • DA • DV •
DF • Outro • Especificar: _____
Faculdade/Departamento: _____

Coordenador: _____

Nº de pesquisadores: _____

Observações: _____

2.2. NÚCLEOS DE ESTUDOS OU GRUPOS DE TRABALHO

2.2.1. Título: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Faculdade/Departamento: _____

Coordenador: _____

Ações principais:

1- _____

2- _____

3- _____

Observações: _____

2.2.2. Título: _____

Educação Especial em geral • DM • DA • DV •

DF • Outro • Especificar: _____

Faculdade/Departamento: _____

Coordenador: _____

Ações principais:

1- _____

2- _____

3- _____

Observações: _____

2.2.3. Título: _____
Educação Especial em geral • DM • DA • DV •
DF • Outro • Especificar: _____
Faculdade/Departamento: _____
Coordenador: _____
Ações principais:
1 - _____
2 - _____
3 - _____
Observações: _____

3. PROJETOS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO

3.1. JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS

3.1.1. Órgão/Instituição: _____
Federal • Estadual • Municipal •
Curso • Assessoria • Campo de Estágio •
Outro • Especificar: _____
Tema: _____
Faculdade/Departamento: _____
Ações principais:
1 - _____
2 - _____
3 - _____
Observações: _____

3.1.2. Órgão/Instituição: _____
Federal • Estadual • Municipal •
Curso • Assessoria • Campo de Estágio •
Outro • Especificar: _____
Tema: _____
Faculdade/Departamento: _____
Ações principais:
1 - _____
2 - _____

3 - _____

Observações: _____

3.1.3. Órgão/Instituição: _____

Federal • Estadual • Municipal •

Curso • Assessoria • Campo de Estágio •

Outro • Especificar: _____

Tema: _____

Faculdade/Departamento: _____

Ações principais:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

Observações: _____

3.2. JUNTO A ENTIDADES/ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL

3.2.1. Entidade: _____

Curso • Assessoria • Campo de Estágio •

Outro • Especificar: _____

Tema: _____

Faculdade/Departamento: _____

Ações principais:

1- _____

2- _____

3- _____

Observações: _____

3.2.2. Entidade: _____

Curso • Assessoria • Campo de Estágio •

Outro • Especificar: _____

Tema: _____

Faculdade/Departamento: _____

Ações principais:

1- _____

2- _____

3- _____

Observações: _____

3.2.3. Entidade: _____

Curso • Assessoria • Campo de Estágio •

Outro • Especificar: _____

Tema: _____

Faculdade/Departamento: _____

Ações principais:

1- _____

2- _____

3- _____

Observações: _____

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Caso tenha algumas outras informações que considere relevantes referentes ao ensino, pesquisa e extensão da sua IES no campo da educação especial, utilize o espaço abaixo.

Informante: _____

Faculdade/Centro: _____

Departamento: _____

Tel/Fax para contato: _____



**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**
BOA ESCOLA PARA TODOS

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil